COMPLEXO JURÍDICO DAMÁSIO DE JESUS

**AS ATRIBUIÇÕES DO OFICIAL DE JUSTIÇA NO CONTEXTO DO
PRINCÍPIO DA EFETIVIDADE APLICADO À SATISFAÇÃO DO CREDOR
DE QUANTIA CERTA**

SÍDNEI RODRIGUES VIANA

SÃO PAULO

2009

SÍDNEI RODRIGUES VIANA

Trabalho de conclusão de curso apresentado como exigência para a obtenção do título de Pós-Graduado em Direito Civil-Empresarial e Processual Civil pelo Complexo Jurídico Damásio de Jesus, sob a orientação do Professor Gustavo Rene Nicolau.

SÃO PAULO

2009

OBJETIVO

A meses de completar vinte anos como servidor do Poder Judiciário no cargo de oficial de justiça avaliador, sendo os últimos quinze anos na Justiça Federal, tomei a liberdade de abordar um tema que atinge diretamente as minhas atribuições.

Em razão da onda reformista que vem atingindo o Código de Processo Civil, da inserção de normas na Constituição Federal atinentes a processo, da evolução do entendimento judicial acerca de questões ligadas ao processo de execução por quantia certa contra devedor solvente, das inquietações causadas aos operadores do direito na aplicação de tantas modificações visando prestação jurisdicional mais consentânea às expectativas de seus destinatários, motivei-me a discorrer sobre o princípio da efetividade com ênfase à satisfação do credor, seja na execução de título extrajudicial, seja no cumprimento de sentença.

Para tanto farei uso, especialmente, dos respectivos diplomas legais, doutrinas e artigos retirados de sítios na rede mundial de computadores.

Após abordagem da evolução histórica do auxiliar do Juízo denominado oficial de justiça e respectivas atribuições e do princípio da efetividade, a parte final do presente trabalho versará sobre como o exercício de suas atribuições poderiam ser impactadas com o uso de novas ferramentas tecnológicas na busca um processo justo e efetivo.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – O OFICIAL DE JUSTIÇA AO LONGO DOS TEMPOS

- 1.1 – Introdução
- 1.2 – No Direito Hebraico e Antigo Testamento
- 1.3 – No Direito Romano
- 1.4 – No período medieval
- 1.5 – No Direito Português
 - 1.5.1 – Ordenações Afonsinas
 - 1.5.2 – Ordenações Manuelinas
 - 1.5.3 – Ordenações Filipinas
 - 1.5.4 – O Meirinho e a diversidade de atribuições
- 1.6 – Dos funcionários executores de ordens judiciais no Brasil - Colônia
 - 1.6.1 – O Meirinho
 - 1.6.2 – O Alcaide-Pequeno
- 1.7 – A expressão *officiaes de justiça*
- 1.8 – O surgimento e evolução do cargo de Oficial de Justiça da Independência do Brasil aos dias atuais

CAPÍTULO 2 – DO PRINCÍPIO DA EFETIVIDADE

- 2.1 – Princípio: definição e suas funções
- 2.2 – Autotutela, autocomposição e processo
- 2.3 – Sincretismo, autonomia e instrumentalismo na evolução do Direito Processual
- 2.4 – Processo e efetividade
- 2.5 – Alguns óbices à efetividade
- 2.6 – Razoável duração do processo

CAPÍTULO 3 – ALTERAÇÕES NO PROCESSO DE EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE

- 3.1 – As leis 11.232/2005 e 11.382/2006
- 3.2 – Penhora “on line” – Sistema BACEN-JUD

CAPÍTULO 4 – OUTRAS MEDIDAS VOLTADAS À EFETIVIDADE

4.1 – Acesso ao INFOJUD – Sistema de Informações ao Judiciário

4.2 – Acesso à rede INFOSEG

4.3 – Acesso ao sistema RENAJUD

4.4 – Acesso à ARISP – Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo

CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

BIBLIOGRAFIA

CAPÍTULO 1

O OFICIAL DE JUSTIÇA AO LONGO DOS TEMPOS

1.1 – Introdução

A denominação oficial de justiça para identificar o servidor do Poder Judiciário, que nos termos do artigo 143 do Código de Processo Civil é incumbido de fazer pessoalmente as citações, prisões, penhoras, arrestos, efetuar avaliações, fazer-se presente às audiências e coadjuvar o juiz na manutenção da ordem, além das demais diligências próprias de seu ofício, é a mais conhecida pela sociedade, não obstante as sensíveis alterações legislativas porque vem passando nos últimos anos, conforme veremos adiante.

Oficial de justiça também é a nomenclatura empregada nas disposições do Código de Processo Penal comum e do Código de Processo Penal Militar, Consolidação das Leis do Trabalho, Lei de Execuções Fiscais, Estatuto da Criança e do Adolescente, dentre outros diplomas legais.

1.2 – No Antigo Testamento e Direito Hebraico

Todavia, as origens do cargo remontam, segundo alguns, aos tempos bíblicos do Antigo Testamento quando o Rei Davi nomeara oficiais de justiça para estarem à disposição dos juízes, especialmente em casos penais e religiosos.

No direito hebraico os juízes de paz (*suphetas*) tinham sob sua dependência direta alguns oficiais encarregados de executar as ordens que lhes fossem confiadas, especialmente as sentenças proferidas no campo penal, quando, munidos de um longo bastão, lhas davam cumprimento.

1.3 – No Direito Romano

Adentrando no direito romano, em seu último período, Justiniano (527 a 565 d.C) empreendeu a grandiosa obra legislativa de coleccionar oficialmente as regras de direito em vigor na época. A codificação justiniana, a que Dionisio Godofredo, no fim do século XVI d.C nominou de *Corpus Iuris Civilis* é constituída de quatro volumes: o

Código, o Digesto, as Institutas e as *Novellae*. Mais que reunir de forma organizada todas as regras em vigor, também o fez em relação às obras dos juristas clássicos, que foram alteradas para se harmonizarem aos novos princípios vigentes e são conhecidas por Digesto. Na sequência de sua obra, Justiniano também determinou a elaboração de um manual de direito para estudantes, intitulado *Institutiones*, que foi modelado na obra clássica de Gaio. As *Novellae* são o conjunto de leis editadas no período de 529 a 565 d.C., ano da morte de Justiniano.

Contidas nesse acervo legal estavam atribuições aos *apparitores* e *executores*, que podem ser considerados antecessores dos oficiais de justiça no direito romano. Esses órgãos foram criados para coadjuvar o legislador na execução de sentenças sem se servir de outros já existentes (*accensi*, *praecones* e *viatores*). As atribuições variavam conforme a natureza dos poderes do magistrado a que se vinculavam.

1.4 – No período medieval

No período medieval, segundo Alfredo Buzaid, os oficiais de justiça, de modo geral, tiveram pouca importância enquanto perdurou a prática germânica da citação privada e execução de sentença por autoridade do credor. No entanto, com o desenvolvimento do processo sob as influências dos direitos romano e canônico, readquirem eles a posição de auxiliares do juízo, avalizando a doutrina da época que tanto a citação ordenada por juiz, quanto a execução judicial de sentença deviam ser realizadas por *nuntius* ou *missus*, nomes com os quais eram designados nos documentos legislativos de então.

Por não ser o objetivo de o presente trabalho tratar com profundidade a evolução histórica do oficial de justiça, mas sim demonstrar que em qualquer sociedade, por mais rudimentar que fosse o aparelho judicial, havia alguém incumbido de fazer cumprir a decisão emanada pelo órgão competente, vamos nos ater à inserção do servidor em questão na organização da sociedade brasileira.

1.5 – No Direito Português

Como não poderia deixar de ser, em razão da colonização do Brasil pelo Reino de Portugal, a estruturação do sistema judicial fez-se nos moldes e interesses da metrópole.

Sagio, saion, meirinho, meirinus. Com esses nomes extraídos dos Forais ou Cartas de Foral¹ e documentos legislativos (leis, registros das chancelarias régias e os capítulos das cortes) produzidos desde a fundação da monarquia no século XII, até o século XV, vislumbra-se a instituição dos oficiais de justiça em Portugal.

Gama Barros concluiu que nos primeiros três séculos da monarquia lusitana houve duas classes de meirinhos, mas as funções de ambas consistiam principalmente no que diz respeito à polícia e à repressão dos criminosos. Numa delas os meirinhos representavam os senhorios em conselhos particular ou do rei, assim como agentes subalternos daqueles, e estranhos à organização municipal. A outra e mais importante classe era a constituída por delegados do monarca.

“Como auxiliar do juízo cabia ao oficial de justiça proceder a citação (cf. JOSÉ VERISSIMO ALVARES DA SILVA, sobre a Forma dos Juízos nos Primeiros Séculos da Monarquia Portuguesa, em “Memória da Literatura Portuguesa”, Lisboa, 1794, vol. VI, pág. 43) e executar as sentenças (VITERBO, Elucidário Português, 2ª ed., vol. II, pág. 85; Bluteau, Vocabulário Português e Latino, Lisboa, 1716, vol. V, pág. 399).”²

Segundo Marcelo Cedro, “o termo *meirinho* é uma herança deixada por Portugal no tocante à organização judiciária do Brasil. O terceiro rei de Portugal, D. Afonso II, durante o período de 1212 a 1223, dedicou-se ao fortalecimento do poder real e restringiu privilégios da nobreza ao estabelecer uma política de centralização jurídico-

¹ Documento real de concessão de foro jurídico próprio, isolado, diverso, aos habitantes medievais de uma povoação europeia (no caso português, também a qualquer nova localidade fundada no seu Império) que se queria libertar ou manter livre do poder senhorial ou feudal, erigindo-se em concelho, com autonomia municipal, ou seja, colocando-se no domínio e jurisdição exclusivas da Coroa, sob protecção pessoal específica concedida pelo Rei, mas sem ser incorporada no domínio patrimonial senhorial da Casa Real. O foral concedia terras baldias para uso colectivo da comunidade, regulava impostos, portagens, taxas, multas, estabelecia direitos de protecção e obrigações militares para serviço real.

² NARY, Gerges. **Oficial de Justiça. Teoria e Prática.** 6ª ed. São Paulo: Livraria e Editora Universitária de Direito Ltda., 1990, p. 14

administrativa inspirada em princípios do direito romano: supremacia da justiça real em relação à senhorial e a autonomia do poder civil sobre o religioso. Dentre as medidas tomadas, houve a nomeação do primeiro *meirinho-mor* do reino (o magistrado mais importante da vila, cidade ou comarca), com jurisdição em determinada área, encarregado de garantir a intervenção do poder real na esfera judicial. Cada *meirinho-mor* tinha à sua disposição outros meirinhos que cumpriam suas ordens ao realizarem diligências.”³

1.5.1 – Ordenações Afonsinas

Avançando a Coroa Portuguesa na intenção de restringir os abusos praticados pela nobreza e permitir ao rei amplificar sua política centralizadora, em 1446 há a publicação das Ordenações Afonsinas, durante o Reinado de D. Afonso V. Eram uma espécie de coletânea ou código de leis e outras fontes jurídicas, que reunia toda a legislação vigente à época. Outra de suas grandes virtudes, além da uniformização do regramento jurídico do reino, era, em tese, evitar as interpretações divergentes até então praticadas no território.

*“O meirinho se distinguia, pois do meirinho-mor, este era magistrado (Ord. Afonsinas, Liv. V, tít. 119, §§ 7 e 9). Aquele era Oficial de Justiça, que prende, cita, penhora e executa outros mandados judiciais; é oficial dos ouvidores e dos vigários gerais (of. FREI DOMINGOS VIEIRA, Dicionário da Língua Portuguesa, 1813, vol. II, pág. 284).”*⁴

Em que pese a sapiência e cultura jurídicas do responsável pelo texto acima transcrito, o falecido Alfredo Buzaid, quer nos parecer ter havido incorreção; os dispositivos a que se refere no texto das Ordenações Afonsinas (Livro V, Título 119, §§ 7 e 9) não permitem afirmar a distinção por ele trazida entre meirinho e meirinho-mor. Mais correto seria ter indicado o Livro I, que traz o regimento dos cargos públicos, inclusive da magistratura, função das autoridades e normas de organização judiciária. O

³ CEDRO, Marcelo. **Oficial de Justiça: mais do que um meirinho**. Disponível na internet: <http://www.amojus.com.br/old/jornais/200511/am-023.htm>. Acesso em 24 de junho de 2009.

⁴ NARY, Gerges. **Oficial de Justiça. Teoria e Prática**. 6ª ed. São Paulo: Livraria e Editora Universitária de Direito Ltda., 1990, p. 14

Título XI do Livro em questão trata “Do Meirinho, que anda na Corte em loguo do Meirinho Moor”, ao passo que o Título LX cuida “Do Meirinho Moor”.

Vê-se, pois, que são diferentes cargos e há relação de subalternidade do meirinho em relação ao meirinho-mor. Este era mandado pelo rei para fazer justiça, seja em todo o reino, seja em local específico para o qual fora designado. Àquele restava cumprir as ordens de seu superior.

Somente para fins ilustrativos e de comparação com o processo atual, os atos do processo cível de natureza executória eram realizados pelo ocupante do cargo de porteiro, conforme atividades previstas nos Títulos 91, 92 e 99 do Livro III, que regula o processo civil.

1.5.2 – Ordenações Manuelinas

Na seqüência dos trabalhos legislativos de organização do sistema judiciário do Reino de Portugal vieram as Ordenações Manuelinas.

Mencionadas Ordenações tiveram duas edições: a primeira teve vigência de 1514 a 1521, sendo neste ano publicada a edição definitiva. Esta revogou a anterior e proibiu os seus exemplares, determinando que fossem destruídos em três meses, sob pena de multa e degredo. Vigorou até 1603.

Prévia as figuras do “Meirinho Moor” e “Do Meirinho que anda na Corte em lugar do Meirinho Moor”, com as mesmas atribuições das Ordenações anterior, as Afonsinas.

1.5.3 – Ordenações Filipinas

Mais de cem anos após a descoberta do Brasil entrou em vigor as Ordenações Filipinas. Mandado elaborar este novo código por Filipe I e por ele sancionado em 1595, somente foi impresso e publicado em 1603, já sob o reinado de Filipe II, que o mandou observar. Representou a atualização do código anterior e, de certa forma,

respeitou as tradições e identidade portuguesas, embora Portugal estivesse subordinado à realeza espanhola nestes tempos.

Posteriormente, em 1643 e já não mais submetido ao Reino da Espanha, D. João IV ratifica as Ordenações Filipinas. Por se tratar de um código que pecou pela integral atualização houve contradições conhecidas vulgarmente por *filipismos*. Constituíram, apesar de muito alteradas, a base do direito português até o século XIX, quando houve a elaboração de novos códigos, notadamente o Código Civil de 1847.

O que se verifica nestas ordenações é que muitas atribuições do oficial de justiça dos tempos atuais eram exercidas por diversos servidores da estrutura administrativa e judicial da época; à medida que as necessidades da colônia aumentavam e maior atenção recebia da metrópole, tornava-se mais complexo o organismo e, concomitantemente, passava a exigir soluções tanto no campo legislativo quanto no de recursos humanos.

1.5.4 – O Meirinho e as suas diversas atribuições

O vocábulo “meirinho” designava servidores que enfeixavam uma série de afazeres que vieram a constituir, em grande parte, o rol de atribuições dos oficiais de justiça. Algumas dessas denominações já indicavam a natureza de seus atos ou do local/órgão a que se vinculavam. Alguns exemplos: meirinho-mor (Livro I, Título 17), meirinho da corte (Livro I, Título 21), meirinho das cadeias (Livro I, Título 22), meirinho da alfândega (criado em 17.12.1548), meirinho do provedor das minas (criado em 15.08.1603) e meirinho da relação (criado em 13/10/1751).

Além dos diversos meirinhos acima apontados, também cumpriam atos judiciais de natureza externa os porteiros e os alcaides-pequenos.

No que diz respeito ao meirinho-mor, estabelecia o ordenamento que fosse de sangue nobre e faria as coisas de muita importância, quando mandadas pelo monarca ou requeridas pela Justiça da época. Por “coisas de muita importância” entenda-se a prisão de pessoas de estado, grandes fidalgos e senhores de terras, inclusive vencendo as forças

que tais pessoas pudessem opor ao cumprimento do que lhe fora determinado pelas autoridades superiores.

Permitia-se ao meirinho-mor ter a seu serviço um meirinho, pessoa de boa linhagem e conhecido por bom, para andar continuamente pela Corte. Cabia-lhe prender malfeitores, cumprir ordens escritas do corregedor e *officiaes*, realizar penhoras acompanhado pelo porteiro e escrivão, conduzir testemunhas. Também havia previsão para que exercesse atividade semelhante à fiscalização de mercadorias (peixes, vinhos e animais), podendo, em alguns casos, “levar” parte delas como direito reconhecido pelas ordenações. Até mesmo lhe era permitido “levar” parte de valores decorrentes de multas aplicadas pelo Poder Público, bem como armas que viesse a tomar.

Para se exercer o ofício de meirinho havia dependência de aprovação da Corte e sua remuneração se dava pelos atos que praticava e permissões de “levar” bens e valores estabelecidos nos códigos e demais atos legislativos editados pela Coroa.

Assegurava-se-lhe que as pousadas o recebesse e a seus homens, quando pela Corte andassem no cumprimento de seu ofício.⁵

Ao meirinho das cadeias em linhas gerais competia se fazer presente na Relação diariamente, prender e trazer presos, e, de forma genérica realizar qualquer outra coisa que a bem da justiça viesse a lhe ser determinado.

Aos meirinhos da corte e aos das cadeias havia a obrigação de terem cavalo e usarem quando no cumprimento de ordens couraça e capacete, lança e adaga, sob pena de virem a perder o ofício (Ordenações filipinas, Livro 1, Título 57).

No Livro 3, Título 76, há afirmação de que alcaides, porteiros e meirinhos não têm jurisdição e são executores do feito, ou seja, recebem delegação para executar as coisas da justiça e fazerem o que lhe mandarem.

⁵ Ordenações filipinas, Livro 1, Título 21, § 23

1.6 – Dos funcionários executores de ordens judiciais no Brasil - Colônia

Feito esse esboço da evolução legislativa (Ordenações) da Coroa Portuguesa, inclusive no período em que esteve sob o domínio espanhol, vejamos de forma sucinta as repercussões no Brasil - Colônia especificamente quanto àqueles encarregados da execução de ordens judiciais.

1.6.1 – O Meirinho

O cargo de meirinho foi introduzido no Brasil pela carta de doação da capitania de Pernambuco a Duarte Coelho, de 10.03.1534. Sua nomeação se dava pelo capitão-mor (donatário) e tinha como atribuição auxiliar o ouvidor ou juízes ordinários nas funções de justiça. A partir do Regimento dos provedores, tesoureiros e oficiais das fazendas dos defuntos e ausentes, de 10.12.1613, passou ao seu cargo também fazer as execuções, penhoras e demais diligências necessárias à arrecadação da fazenda dos defuntos, caso o respectivo provedor assim determinasse. Saliente-se que tal atribuição era anteriormente exercida pelo alcaide-pequeno. Por força de Regimentos de 03.12.1750 e 04.03.1751, nas capitanias em que houvesse minas passou a ser atribuição do meirinho executar diligências ordenadas pelo intendente do ouro.

A expressão “justiça”, no período colonial, assumia uma conotação bem mais ampla do que a atual. Àquela época, além de se referir à organização do aparelho judicial, também era utilizada como sinônimo de lei, legislação, direito.⁶

É propósito de qualquer aparelho judicial fazer cumprir a lei, evitar abusos e crimes, garantir a tranquilidade social; no Brasil do período colonial, em particular, havia mais uma finalidade: controlar os próprios funcionários administrativos, principalmente os relacionados à Justiça.⁷ Daí porque as atribuições desses funcionários objetivassem uma fiscalização recíproca e a montagem da estrutura judicial tivesse a tendência de constantemente ampliar os poderes concedidos aos funcionários mais diretamente ligados à Coroa.

⁶ SALGADO, Graça. **Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S/A, 1985, p. 73

⁷ SALGADO, Graça. op. cit., p. 73.

Essa linha de raciocínio ajuda a explicar, como já mencionado anteriormente, a razão de existirem diversos funcionários com atribuições para a realização de atos de natureza judicial.

1.6.2 – O Alcaide-Pequeno

Voltando aos cargos, falemos do alcaide-pequeno. Criado em 1532, era escolhido pela Câmara, em lista tríplice apresentada pelo alcaide-mor. Era encarregado de defender a autoridade judicial local, o que se dava ao efetuar prisões por mandado dos juízes ou decorrentes de flagrante delito. Também lhe incumbia apresentar os presos perante os juízes, nas audiências. No período de 1548 a 1580 lhe foi acrescentada a atribuição de fazer as execuções, penhoras e demais diligências necessárias à arrecadação da fazenda dos defuntos, caso assim o determinasse o provedor dos defuntos e ausentes. O Regimento das intendências e casas de fundição, de 04.03.1751, atribuiu-lhe a execução de diligências ordenadas pelos intendentos do ouro.

1.6.3 – O Porteiro

O porteiro, cargo criado em 1532, era designado pela Câmara para um período de três anos e tinha por ofício fazer penhoras onde residisse e nos lugares próximos. De forma idêntica ao meirinho, o Regimento do provedores, tesoureiros e oficiais das fazendas dos defuntos e ausentes, de 10.12.1613, passou ao porteiro a atribuição de também fazer as execuções, penhoras e demais diligências necessárias à arrecadação da fazenda dos defuntos, caso o respectivo provedor assim determinasse.

1.7 – A expressão *officiaes de justiça*

Lei de 26.07.1602 deixava claro que tabeliães, escrivães, enqueradores, contadores, distribuidores, alcaides e meirinhos eram “*officiaes de justiça*”. Era, portanto, uma expressão de cunho genérico que abarcava uma série de funcionários do aparato judicial, com atribuições às vezes comuns entre eles, mas diferenciando-se pela autoridade a que estavam subordinados.

A expressão “officiaes de justiça” vem consagrada na Constituição de 1824, artigo 156⁸, ao tratar da responsabilidade por abuso de poder e prevaricação cometidas no exercício de seus empregos, por eles e pelos juízes de direito.

1.8 – O surgimento e evolução do cargo de oficial de justiça: da Independência do Brasil aos dias atuais

A legislação vigente no Brasil desde o seu descobrimento foram as Ordenação acima detalhadas (Afonsinas, Manuelinas e, a partir de 1603, as Filipinas) além de um incontável emaranhado de portarias, alvarás, regimentos, cartas régias, decretos, provisões e instruções.

O artigo 34, inciso XXIII, da Constituição Republicana estabeleceu aos Estados a competência para legislar sobre processo civil e, até o surgimento dessa legislação vigoraria aquela herdada do Império. Os Estados de São Paulo, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul, exemplificativamente, tiveram seus próprios Códigos de Processo.

O Código de Processo Civil de 1939 unificou nacionalmente a legislação instrumental e previa entre os artigos 125/127 a existência do oficial de justiça, bem como algumas de suas atribuições, que foram ao longo de seus dispositivos melhor especificadas.

A lei 5010, de 30.05.1966, editada para organizar a Justiça Federal no país, prevê o cargo de oficial de justiça no artigo 36, inciso V, como integrante dos serviços auxiliares.

Com a co-existência das Justiças Federal e dos Estados, mas ambas seguindo o mesmo Código de Processo e diferenciando-se pelas matérias e pessoas que o legislador constituinte houve por bem discriminar, acrescentou-se o adjetivo “federal” para fins de distinção ente os oficiais de justiça dos dois ramos, embora exerçam basicamente as mesmas atribuições. Diferenças há quanto à necessidade de ser Bacharel em Direito e

⁸ Art. 156. Todos os Juizes de Direito, e os Officiaes de Justiça são responsáveis pelos abusos de poder, e prevaricações, que commetterem no exercício de seus Empregos; esta responsabilidade se fará effectiva por Lei regulamentar.

também ter como atribuição avaliar bens. O primeiro é requisito para ingresso no cargo, enquanto esta última foi recentemente superada pelas alterações havidas no Código de Processo Civil.

A lei 11.232, de 22.12.2005, inseriu dispositivo na lei processual atribuindo a qualquer oficial de justiça o dever de avaliar bens, conforme a natureza do processo ou determinação contida no mandado, mitigada a exigência pela falta de conhecimentos especializados, segundo dicção do artigo 475-J, §§ 1º e 2º.⁹

Resta, pois, como único diferencial a exigência de curso superior como requisito de ingresso no cargo; barreira, aliás, que começa a ser rompida pelo Conselho Nacional de Justiça ao editar a Resolução nº 48, de 18.12.2007¹⁰, reconhecendo a utilidade dos oficiais de justiça serem detentores de conhecimentos técnico-jurídicos diante de situações imprevistas, durante o cumprimento de mandados, e o disposto no artigo 144 do Código de Processo Civil; por tais razões determina aos Tribunais que passem a exigir como requisito para provimento do cargo a conclusão de curso superior, preferencialmente em Direito.

No campo legislativo o projeto de lei 107/2007, apresentado pelo deputado Cezar Silvestri, que pretendia alterar os artigos 143 do Código de Processo Civil e 274 do Código de Processo Penal, neles fazendo incluir como requisito para investidura no cargo de oficial de justiça diploma de graduação em curso superior de ciências jurídicas, direito, contabilidade, economia e administração foi vetado pelo Presidente da República. O veto se baseou em manifestação da Advocacia-Geral da União. Segundo esta haveria vício de iniciativa, pois caberia ao Poder Judiciário remeter ao Poder Legislativo projeto de lei tratando da matéria e não da forma como ocorreu.

⁹ Art. 475-J. Caso o devedor, condenado ao pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação, não o efetue no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento e, a requerimento do credor e observado o disposto no art. 614, inciso II, desta Lei, expedir-se-á mandado de penhora e avaliação.

§ 1º Do auto de penhora e de avaliação será de imediato intimado o executado, na pessoa de seu advogado (arts. 236 e 237), ou, na falta deste, o seu representante legal, ou pessoalmente, por mandado ou pelo correio, podendo oferecer impugnação, querendo, no prazo de quinze dias.

§ 2º Caso o oficial de justiça não possa proceder à avaliação, por depender de conhecimentos especializados, o juiz, de imediato, nomeará avaliador, assinando-lhe breve prazo para a entrega do laudo.

¹⁰ Artigo 1º, da Resolução nº 48, do Conselho Nacional de Justiça: “Determinar aos Tribunais que passem a exigir, como requisito para provimento do cargo de Oficial de Justiça, a conclusão de curso superior, preferencialmente em Direito.”

Desde o início de agosto/2008 o projeto se encontra no Senado Federal sem que tenha havido qualquer deliberação quanto à derrubada do veto.

Situação interessante ocorre no Poder Judiciário da União desde 24.12.1996, com o advento da lei 9.421, que criou as carreiras dos servidores. Por este diploma o cargo de oficial de justiça avaliador deixou de existir e passou a ser uma das especialidades do cargo “analista judiciário”.

Desde então outras duas leis foram editadas tratando do tema da reestruturação das carreiras dos servidores, a saber: lei 10.475, de 27.06.2002, e lei 11.416, de 15.12.2006. Nesta última, por força das reivindicações dos órgãos representantes da categoria houve pequena alteração, mas não o suficiente para resolver a crise de identidade que atinge os oficiais de justiça há mais de uma década. Consta no artigo 4º, § 1º¹¹, que ao analista judiciário cuja atribuição esteja relacionada com a execução de mandados e atos processuais de natureza externa confere-se a denominação de oficial de justiça avaliador para fins de identificação funcional.

Evidente, pois, o choque quanto à nomenclatura empregada aos cargos nos diplomas legais regulamentadores das carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União, dentre os quais os “Analistas Judiciários – Área Judiciária – Especialidade Execução de Mandados” e aquela prevista nos Códigos de Processo Civil e Penal, Consolidação das Leis do Trabalho, Lei de Execuções Fiscais, Estatuto da Criança e do Adolescente, só para mencionar os mais conhecidos.

Resumindo tudo o quanto acima escrito, temos que:

¹¹ § 1º Aos ocupantes do cargo da Carreira de Analista Judiciário – área judiciária cujas atribuições estejam relacionadas com a execução de mandados e atos processuais de natureza externa, na forma estabelecida pela legislação processual civil, penal, trabalhista e demais leis especiais, é conferida a denominação de Oficial de Justiça Avaliador Federal para fins de identificação funcional.

a) existindo um órgão ou pessoa incumbida de solucionar os conflitos entre os indivíduos, como mecanismo de pacificação social, seja em que período for da História da Humanidade, havia alguém incumbido de realizar a decisão;

b) essas pessoas a quem cabiam tornar efetiva a ordem, normalmente nomeadas pelo Rei ou por autoridade para tanto autorizada segundo as diversas ordenações nas quais se baseou o direito lusitano, recebiam o nome de meirinho, porteiro ou alcaide-pequeno;

c) a expressão *officiaes de justiça* abrangia múltiplos servidores, inclusive os meirinhos;

d) as atribuições do atual oficial de justiça têm suas origens naquelas exercidas pelo meirinho, embora existissem diversos deles, os quais eram conhecidos segundo o local ou órgão a que se vinculassem. Exemplo: meirinho da corte, meirinho das cadeias, meirinho da alfândega, meirinho do provedor das minas e meirinho da relação;

e) o Código de Processo Civil de 1939 não só previu a figura do oficial de justiça, como sistematizou suas atribuições ao longo de seus dispositivos, as quais pouco foram alteradas com as sucessivas mudanças legislativas, ressalvadas aquelas referentes à nomenclatura do cargo no campo do Poder Judiciário da União.

Findada a digressão sobre a origem do oficial de justiça, vejamos a partir de agora algumas considerações sobre o princípio da efetividade.

CAPÍTULO 2

DA EFETIVIDADE DO PROCESSO

2.1 – Princípio: definição e funções

Previamente a qualquer consideração sobre efetividade é razoável que se tenha, ainda que de forma mínima, noção do que se entende por princípio. Constitui ele, ao lado da regra (leis), uma das espécies do gênero norma jurídica.

Conforme Patrícia Elias Cozzolino de Oliveira, em artigo publicado sob o título *Sistema, regras e princípios na Constituição Brasileira de 1988*, “o princípio [...] espelha um valor, mas ultrapassa o campo de análise deste, pois além de espelhar uma determinada opção do sistema por aquele valor, também determina condutas futuras.”¹²

Afirma também, que “o princípio é uma espécie de norma jurídica que traz em sua estrutura a opção por um valor determinado, contudo, é mais do que um simples valor, trata-se de verdadeira prescrição que determina a conduta humana, bem como orienta a confecção de regras sob sua orientação.”¹³

Miguel Reale diz que “princípios são, pois, verdades ou juízos fundamentais, que servem de alicerce ou de garantia de certeza a um conjunto de juízos, ordenados em um sistema de conceitos relativos a dada porção da realidade. Às vezes também se denominam princípios certas proposições que, apesar de não evidentes ou resultantes de evidências, são assumidas como fundamento de validade de um sistema particular de conhecimentos, como seus pressupostos necessários.”¹⁴

No tocante às funções dos princípios no sistema constitucional aberto – aquele em que cabe ao intérprete definir o conteúdo jurídico de acordo com o caso concreto, em abstrato, atribuindo valor às expressões constantes da Constituição -, como o adotado no Brasil, façamos uso daquelas enumeradas por Walter Claudius Rothenburg:¹⁵

a) função regulativa: servem para regular o caso *in concreto*;

b) função hermenêutica: informam a hermenêutica constitucional, tendo um limite protetivo contra a arbitrariedade do intérprete no momento da concretização do Direito;

¹² LOPES, Maria Elisabeth de Castro; OLIVEIRA NETO, Olavo de – coordenadores. **Princípios processuais civis na Constituição**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 2008, p. 6.

¹³ LOPES, Maria Elisabeth de Castro; OLIVEIRA NETO, Olavo de – coordenadores. Op. cit., p.6.

¹⁴ LOPES, Maria Elisabeth de Castro; OLIVEIRA NETO, Olavo de – coordenadores. Op. cit., p.5.

¹⁵ LOPES, Maria Elisabeth de Castro; OLIVEIRA NETO, Olavo – coordenadores. Op. cit., p.12/13.

c) função integradora: são instrumentos técnicos para preencher as lacunas do ordenamento jurídico;

d) função interpretativa: auxiliam o intérprete a orientar-se pela interpretação correta; demonstram a ideologia da constituição;

e) função delimitadora: caracterizam limites mínimos às bruscas oscilações de regras, ou seja, não é possível permanecerem dentro do ordenamento jurídico regras que os contrariem;

f) função fundante: os princípios constituem um valor que fundamenta todo o ordenamento jurídico;

g) função simplificadora: os princípios condensam valores básicos que inspiram o Direito, prestando-se à construção e à compreensão de um determinado sistema jurídico.

2.2 – Autotutela, autocomposição e processo

Sem sombra de dúvida que sob o aspecto sociológico o Direito é a mais importante e eficaz forma, nos tempos modernos, do chamado controle social, entendido este como o “conjunto de instrumentos de que a sociedade dispõe na sua tendência à imposição dos modelos culturais, dos ideais coletivos e dos valores que persegue, para a superação das antinomias, das tensões e dos conflitos que lhe são próprios.”¹⁶

Mencionada imposição de valores pelo Estado (sociedade), dispensando a submissão voluntária dos particulares, só foi possível quando aquele atingiu suficiente grau de fortalecimento. Para se chegar a tal estágio foram muitos séculos de marchas, contramarchas, retrocessos, estagnações.

Nos primórdios da civilização, à falta de um Estado forte capaz de frear o ímpeto individualista dos homens e impor o direito acima da vontade dos particulares, a autotutela (ou autodefesa) era o mecanismo utilizado. Por ela, quem “pretendesse

¹⁶ CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria Geral do Processo**. 7ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990, p. 23.

alguma coisa que outrem o impedisse de obter haveria de, com sua própria força e na medida dela, tratar de conseguir, por si mesmo, a satisfação de sua pretensão.”¹⁷ Não era instrumento de garantia da justiça, mas a vitória do mais forte, mais astuto ou mais ousado sobre o mais fraco ou mais tímido; a imposição da decisão por uma das partes à outra.¹⁸

Da autotutela passou-se à autocomposição: uma ou ambas as partes em conflito abrem mão do interesse ou de parte dele. Poderia ocorrer de três formas: a) desistência (renúncia à pretensão); b) submissão (renúncia à resistência oferecida à pretensão); c) transação (concessões recíprocas). Tratava-se de uma solução parcial, ou seja, por ato das próprias partes.

Da solução parcial dos seus conflitos os indivíduos começaram a preferir solução amigável e imparcial através de árbitros, pessoas de confiança mútua das partes. Normalmente a escolha recaía sobre os sacerdotes, em razão de suas ligações divinas garantirem decisões acertadas, de acordo com a vontade dos deuses; também recaía sobre os anciãos por serem conhecedores dos costumes do grupo social integrado pelos interessados.

No direito romano arcaico o fortalecimento do papel do Estado começou a reduzir a anterior indiscriminada esfera de liberdade dos indivíduos. Se antes, de comum acordo, somente os conflituosos escolhiam o árbitro, agora, inicialmente se dirigiam ao *pretor* e se comprometiam a aceitar o que viesse a ser decidido; em seguida indicavam o árbitro da confiança de ambos e este recebia do *pretor* o encargo de decidir a causa.

Já no período clássico do direito romano a arbitragem facultativa tornou-se obrigatória no momento em que o Estado conquistou o poder de nomear o árbitro. Ou seja, os interessados que antes se submetiam à decisão do árbitro por eles indicado e referendado pelo *pretor*, agora não tinham qualquer influência.

¹⁷ CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria Geral do Processo**. 7ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990, p. 24/25.

¹⁸ CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. Op.cit., p. 25

A evolução fez com que regras em abstrato fossem previamente estabelecidas pela autoridade pública no intuito de evitar o subjetivismo e arbitrariedade do julgador, facilitando a sujeição das partes às decisões.

Na fase seguinte o próprio *pretor* passou a conhecer os litígios e sentenciá-los, pondo fim ao ciclo da justiça privada e inaugurando o da justiça pública. É o surgimento da atividade jurisdicional do Estado: os juízes estatais examinam as pretensões e resolvem os conflitos impondo autoritativamente as suas soluções, dispensada a voluntária submissão dos particulares como nos períodos históricos anteriores.

No exercício da jurisdição os juízes agem substituindo as partes quando por elas provocados. Havendo partes em conflito e autoridade indicada e investida pelo Estado para solucionar a crise no âmbito do Poder Judiciário, há que existir mecanismo para a atuação da atividade jurisdicional. Esse mecanismo é o processo.

2.3 – As fases do sincretismo, autonomia e instrumentalismo na evolução do Direito Processual

O direito processual está na terceira fase de sua evolução histórica. Inicialmente, até meados do século XIX, quando teve fim o período sincrético, o direito subjetivo material se confundia com a ação, sendo o processo um simples meio de se exercitá-lo. Não se fazia distinção quanto à natureza das relações jurídicas processual e substancial vinculando os litigantes.

Num segundo momento, na fase autonomista, o trabalho de doutrinadores alemães (Oskar Von Büllow e Wach) ao estudar a relação processual conceituando seus pressupostos, objeto e métodos, erigiu-a à condição de ciência. Delineou-se que, “a relação material era travada entre as partes diretamente e pertencia ao direito privado; e a relação processual era travada entre a parte e o Estado e, portanto, estava afeta ao direito público.”¹⁹ A partir daí e por quase um século, alemães e italianos elaboraram as grandes teorias processuais, “especialmente sobre a natureza jurídica da ação e do

¹⁹ THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Celeridade e efetividade da prestação jurisdicional. Insuficiência da reforma das leis processuais.** Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil. Síntese, v. 6, nº 36, julho/agosto, 2005, p. 20/21.

processo, as condições daquela e os pressupostos processuais”²⁰, firmando a autonomia científica do direito processual.

Consolidada a ciência processual pela construção de todos os seus conceitos informadores, a partir da superação da crise político-social da Segunda Guerra Mundial os estudiosos voltaram-se para problemas da prestação jurisdicional até então não cogitados;²¹ passaram a analisar o modo como os resultados práticos do processo chegam aos destinatários. Perceberam que à apurada técnica desenvolvida nas últimas dezenas de anos também deveriam considerar os aspectos deontológico e teleológico do processo, aferindo-se os resultados práticos do ponto de vista do jurisdicionado. Inicia-se, assim, a fase atual do processo, denominada instrumentalista, em que a grande preocupação do processualista é utilizar a técnica processual para extrair do instrumento processo toda a sua utilidade, permitindo que sejam atingidos todos os escopos (jurídicos, sociais e políticos) da jurisdição.²²

2.4 – Processo e efetividade

Na clássica obra *Teoria Geral do Processo*, da lavra de Antonio Carlos de Araújo Cintra, Ada Pellegrini Grinover e Cândido R. Dinamarco, há uma conceituação provisória de processo assim redigida: “instrumento por meio do qual os órgãos jurisdicionais atuam para pacificar as pessoas conflitantes, eliminando os conflitos e fazendo cumprir o preceito jurídico pertinente a cada caso que lhes é apresentado em busca de solução.”²³ O caráter de provisoriedade dessa conceituação deve ser entendido sob o prisma de que a atividade jurisdicional exercida através do processo pode ser vislumbrada segundo seus escopos social (educação para o exercício dos próprios direitos e respeito aos direitos alheios), político (preservação do valor liberdade, a oferta de meios de participação nos destinos da nação e do Estado e a preservação do

²⁰ CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria Geral do Processo**. 7ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990, p. 44.

²¹ THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Celeridade e efetividade da prestação jurisdicional. Insuficiência da reforma das leis processuais**. Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil. Síntese, v. 6, nº 36, julho/agosto, 2005, p. 21.

²² YOSHIKAWA, Eduardo Henrique de Oliveira. **O novo cumprimento de sentença e a busca da efetividade do processo – Considerações a propósito da Lei nº 11.232/2005**. Revista Dialética de Direito Processual, nº 47, fevereiro, 2007, p. 45.

²³ CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria Geral do Processo**. 7ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990, p. 27.

ordenamento jurídico e da própria autoridade deste) e jurídico (atuação da vontade concreta do direito).²⁴

A prática da atividade jurisdicional é uma das formas de expressão do poder estatal, entendido este como “a capacidade que o Estado tem de decidir imperativamente e impor decisões”.²⁵

Pacificar é a finalidade primordial com que o Estado exerce a função jurisdicional. E para a consecução do objetivo de pacificação com justiça vê-se obrigado a criar o sistema processual, o qual se dá pela edição de normas a respeito (direito processual) e criação de órgãos jurisdicionais.

Sob o influxo das idéias do Estado social, além de eliminar conflitos que angustiam as pessoas, de outro, os encarregados do sistema processual devem se ater à “necessidade de fazer do processo um meio efetivo para a realização da justiça.”²⁶

Segundo lição de Chiovenda, “na medida do que for praticamente possível, o processo deve proporcionar a quem tem um direito tudo aquilo e precisamente aquilo que ele tem o direito de obter.” Denota-se que a preocupação com o tema efetividade vem de décadas e a afirmação do jurista italiano deve ser compreendida no contexto em que foi formulada, que se focava no escopo jurídico do processo.

Nas palavras de José Carlos Barbosa Moreira, “qualquer instrumento será bom na medida em que sirva de modo prestimoso à consecução dos fins da obra a que se ordena; em outras palavras, na medida em que seja efetivo. Vale dizer: será efetivo o processo que constitua instrumento eficiente de realização do direito material.”²⁷

²⁴ CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. Op.cit., p. 28.

²⁵ CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. Op.cit., p. 28.

²⁶ CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria Geral do Processo**. 7ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990, p. 28.

²⁷ MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Por um processo socialmente efetivo**. Revista de Processo. Editora Revista dos Tribunais, ano 27, nº 105, janeiro/março 2002. p. 181.

Para Calmon de Passos, “decorreria, [...], a efetividade do mero confronto entre o decidido e o concretamente obtido.”²⁸

Para Cândido R. Dinamarco, efetividade do processo é “expressão resumida da idéia de que o processo deve ser apto a cumprir integralmente toda a sua função sócio-político-jurídica, atingindo em toda a plenitude todos os seus escopos institucionais”. Segundo o mesmo autor a efetividade “significa a sua almejada aptidão a eliminar insatisfações, com justiça e fazendo cumprir o direito, além de valer como meio de educação geral para o exercício e respeito aos direitos e canal de participação dos indivíduos nos destinos da sociedade e assegurar-lhes a liberdade”.²⁹

José Roberto dos Santos Bedaque leciona que “processo efetivo é aquele que, observado o equilíbrio entre os valores *segurança* e *celeridade*, proporciona às partes o resultado desejado pelo direito material.”³⁰

Sinteticamente Roberto Rosas afirma que “há necessidade de uma ordem jurídica justa, para atendimento no tempo e na solução. A demora é repugnante, a rapidez (com erronia) é péssima. Certa a conciliação entre rapidez e eficiência, solução justa em breve tempo.”³¹

2.5 – Alguns óbices à efetividade

Entretanto, a busca da efetividade esbarra, mesmo nos países economicamente mais desenvolvidos que o Brasil, em situações comuns a todos, sendo a principal delas a morosidade. João Batista Lopes e Maria Elizabeth de Castro Lopes em palestra sobre o tema *Sistema processual e efetividade da execução* exemplificam com a Itália e França; a primeira, punida várias vezes pela Corte de Estrasburgo, por causa da morosidade processual; a França, em que o funcionamento da Justiça é considerado melhor que no

²⁸ PASSOS, J.J. Calmon de. **Cidadania e efetividade do processo**. Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil. Editora Síntese Ltda, v.1, nº 1, setembro/outubro 1999, p. 31.

²⁹ DINAMARCO, Cândido R. **A instrumentalidade do processo**. 2ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda., 1990, p. 385 e 386.

³⁰ BEDAQUE, José Roberto dos Santos. **Efetividade do processo e técnica processual**. 2ª ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 2007, p. 49.

³¹ ROSAS, Roberto. **Processo civil de resultados**. Revista Dialética de Direito Processual, nº 02, maio/2003, p. 108.

Brasil, chegou a sofrer condenações da Corte Européia de Direitos Humanos pela mesma razão.³²

Tanto a morosidade quanto a dificuldade de acesso ao Poder Judiciário acabam por lhe causar descrença e afetar sua legitimidade. Inversamente como no passado, quando o Estado se fortaleceu e substituiu os indivíduos na solução de seus conflitos, a falta de sua reação no tempo e modo desejados nos dias de hoje pode servir de incentivo à autotutela, com consequências também no campo da economia pelas nefastas repercussões na área de concessão de crédito, por exemplo. Que instituição emprestaria recursos cobrando taxa de juros assemelhadas àquelas praticadas nos países ditos de primeiro mundo, sabendo que eventual discussão judicial na hora de reaver o crédito levará anos e sem garantia de êxito? São fatores que influem no propalado “custo Brasil” e afugentam investidores.

Mas qual seria a causa da morosidade? Falta de serventuários e juízes? Falta de investimentos em tecnologia? Excesso de litígios? Legislação processual anacrônica permitindo toda sorte de recursos e incidentes? Judicialização de procedimentos que não precisariam se submeter ao Poder Judiciário? A propensão do Código de Processo Civil a regular em caráter ordinário os litígios interpartes em detrimento dos processos coletivos? A incipiente disposição dos operadores do Direito em se submeterem a uma mudança de mentalidade que afaste a cultura do litígio tão presente na atividade jurídica nacional? É interessante ao Poder Público, que já goza de prerrogativas processuais não aplicadas aos demais litigantes, a eternização dos processos?

São muitas as perguntas, divergentes as respostas e complexas as soluções.

Há algum tempo é comum o emprego da expressão “explosão de litigiosidade” como uma das causas do emperramento do sistema judicial brasileiro.

Se houve realmente a alardeada “explosão de litigiosidade” é de se supor que boa parte dela estivesse submetida a alguma forma de contenção, como a dificuldade de acesso ao Judiciário por questões financeiras, a ignorância da população quanto aos seus

³² LOPES, João Batista; LOPES, Maria Elizabeth de Castro. **Sistema processual e efetividade da execução**. Revista de Processo. Editora Revista dos Tribunais, ano 33, nº 156, fevereiro/2008, p. 326.

próprios direitos, falta de mecanismos mais ágeis na obtenção da tutela jurisdicional pretendida e diversos outros fatores que desencorajavam as pessoas a buscar reparação pelo manejo do processo.

A Constituição Federal de 1988 em sua redação original e com as alterações inseridas pela Emenda 45/2004 traz em seu artigo 5º, que trata dos direitos e deveres individuais e coletivos, alguns dispositivos que ajudam a entender parte do problema denominado morosidade do Poder Judiciário e a razão de diversas modificações legislativas que estão ocorrendo na seara do direito processual.

Não se pode perder de vista, também, que o rol de direitos e garantias fundamentais previsto no artigo 5º da Constituição não é exaustivo, pois outros podem decorrer do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais que o Brasil vier a fazer parte.³³ Arremata referido artigo que as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.³⁴

Parece certo que valer-se do Estado-Juiz para dirimir conflitos invocando a função jurisdicional através do processo é exercer a cidadania. Neste ponto a Carta Republicana tem ao menos quatro incisos no artigo 5º que merecem lembrança:

“Art. 5º (...)

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito; (...)

LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos; (...)

LXXVII - são gratuitas as ações de "habeas-corpus" e "habeas-data", e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

³³ Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 2º - Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

³⁴ § 1º - As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.”

Preocupou-se o legislador constituinte originário em garantir o acesso de qualquer interessado ao Poder Judiciário, impedindo que lei possa impor óbice à chegada de sua pretensão em juízo. Todavia, o acesso não se dá de forma indiscriminada. A parte tem o direito de obter um provimento, seja ele favorável ou não ao seu pleito.

Como acima escrito, o instituto denominado processo é mecanismo de exercício da cidadania. Exercício cuja plenitude deve ser preocupação constante do legislador para não frustrar os anseios de quantidade cada vez maior de pessoas que, cientes de seus direitos, recorrem ao Estado para vê-los declarados e realizados.

Os incisos LXXIV e LXXVII do artigo 5º da Carta Magna contêm formas para tornar viável o pleno acesso ao Judiciário: seja pela prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados, pelo Estado, seja garantindo a gratuidade, em determinados casos (*habeas corpus* e *habeas data*), para se obter o provimento jurisdicional.

No primeiro caso a representação judicial do necessitado se dá pelas Defensorias Públicas da União e Estaduais.

A Defensoria Pública da União está instalada em todas as Unidades da Federação³⁵ e atua nas causas de competência das Justiças Federal, Trabalhista, Eleitoral, Militar, Tribunais Superiores e instâncias administrativas da União.

Por sua vez, em relação aos Estados³⁶, à exceção de Santa Catarina, todos os demais possuem suas respectivas Defensorias Públicas.

³⁵ http://www.dpu.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&id=67&Itemid=54

³⁶ http://www.anadep.org.br/vtk/pagina/defensorias_nacionais

Embora não tenha conhecimento sobre a quantidade de pessoas que buscam os serviços prestados pelas Defensorias, em razão de minha prática profissional em bairros da periferia de São Paulo, cujos moradores na sua maior parte percebem baixa remuneração e poucas informações têm sobre o funcionamento do sistema judicial, acabei por orientá-los a procurar tais órgãos, especialmente em processos relacionados à reintegração de posse do imóvel arrendado. E em várias situações, com a intervenção da Defensoria em prol do réu, conseguiu se evitar legalmente a pretensão da autora.

Uma simples ida aos setores de triagens das Defensorias é suficiente para mostrar a importância desses órgãos na busca de solução dos problemas de natureza judicial da população carente. Distribuição de senhas e agendamento de entrevistas são expedientes utilizados para se dar a mínima organização ao atendimento, eis que o número de pessoas que dali se valem é grande.

A inclusão recente, pela Emenda Constitucional 45/2004, do inciso LXXVIII ao artigo 5º, cujo tema da duração razoável também existe na Constituição Italiana (art. 111), veio para ratificar as garantias anteriores e deixar claro para o Poder Público que o processo não pode se eternizar, tampouco ser veículo de um provimento apenas formal. Vale dizer: o seu conteúdo precisa sair do papel, do plano empírico e impor transformações no mundo real.

É cediço na doutrina que simplificar e/ou dar celeridade ao processo não será garantia de sua efetividade. Que é imprescindível diminuir sua demora, não se questiona. Todavia, há outros valores tão importantes que também precisam ser observados, como o contraditório e a ampla defesa, sob pena de ofensa ao devido processo legal.

Simplificar significa eliminar etapas que não prejudiquem o atingimento do fim. Em outras palavras, é a obtenção de um mesmo resultado, porém, praticando menos atos.

Dar celeridade ao processo é imprimir maior velocidade na sua condução. Desse modo, simplificação e celeridade somente colaborarão para tornar efetiva a tutela se não ofenderem as demais garantias constitucionais do processo.

O reexame da técnica processual focado na plena consciência de seus objetivos e de forma compatível à natureza instrumental do processo é, na opinião de José Roberto dos Santos Bedaque, uma das alternativas tendentes a reduzir a morosidade. Defende que as exigências formais possam ser adequadas aos fins pretendidos ou até ignoradas, quando não se revelarem imprescindíveis em determinadas situações. Para ele o sistema processual não pode vedar ao juiz a possibilidade de adotar soluções compatíveis às especificidades do caso concreto. Advoga a simplicidade das regras procedimentais, regulando o mínimo necessário à garantia do contraditório, mas, na medida do possível, sem sacrificar a cognição exauriente.³⁷

Seria o caso, segundo o autor, de se aproximar da regulamentação do novo processo civil europeu, que busca acelerar e simplificar a cognição prevendo atos processuais em tempo relativamente curto, eliminando atividades repetidas ou dispensáveis, além da possibilidade de adaptar o procedimento às exigências do caso sob exame.³⁸

A idéia, pois, é evitar que a técnica processual seja mais relevante que o fim a que se destina: realização de justiça. Há que se valorizar o fim e não o meio.

A moderna doutrina processual tem por superada a noção de que a simples tutela formal de direitos encerra a atividade jurisdicional. A tutela será completa se dotada de aptidão para produzir efeitos práticos em tempo hábil.³⁹

O direito constitucional de acesso à justiça pode, assim, ser interpretado como direito de acesso à efetiva tutela jurisdicional. A falta de efetividade aliada à proibição da autotutela geraria falta de legitimação do Poder Judiciário, pois não seria capaz de oferecer aos litigantes a realização adequada de seus direitos.

³⁷ BEDAQUE, José Roberto dos Santos. **Efetividade do processo e técnica processual**. 2ª ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 2007, p. 51.

³⁸ BEDAQUE, José Roberto dos Santos. Op. cit. p. 51/52

³⁹ WAMBIER, Luiz Rodrigues; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. **Anotações sobre a efetividade do processo**. p.6

Marcelo Diógenes X. de Lima, em matéria publicada sob o título *Tecnologia ainda não é usada para acelerar a Justiça* invoca os ensinamentos de Luiz Guilherme Marinoni nos seguintes termos:

*“ O direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva tem aplicabilidade imediata e, assim, vincula imediatamente o poder público, isto é, o legislador, a traçar técnicas processuais adequadas à tutela dos direitos — e o juiz — que tem o dever de prestar a tutela jurisdicional efetiva. ”*⁴⁰

Para se entender o panorama atual da morosidade é necessário retroceder no tempo para vislumbrar algumas das causas que a geraram.

Numa simples consulta ao sítio do Supremo Tribunal Federal na rede mundial de computadores, especialmente na página que trata das estatísticas de movimentação processual na Corte, percebe-se que até 1980 eram protocolados menos de 10.000 processos (mais exatamente, neste último ano, 9.555 processos) ao ano. Em 1986 chega-se a casa de 22.514 e onze anos depois, em 1997, inaugura-se quantidade superior a 36.000, cujo ápice foi atingido em 2002 com a protocolização de 160.453 novos processos. Os números vêm se mantendo acima de 100.000 processos/ano desde 2006. Nos primeiros seis meses de 2009 quase 44.000 novos processos chegaram e, mantida a média aritmética, poderá encerrar o ano abaixo de 100.000 novas distribuições.⁴¹

Inimaginável que por melhores que sejam os servidores a assessorar os onze Ministros da mais alta Corte de Justiça do país, possam eles ser capazes de dar vazão à brutal carga de trabalho.

Pesquisa de mesma natureza no sítio do Superior Tribunal de Justiça não mostra realidade numérica animadora. O Relatório Estatístico de 2008 indica que desde 2003 mais de 210.000 processos novos, a cada ano, são distribuídos aos trinta e três Ministros

⁴⁰ http://www.conjur.com.br/2007-mar-25/tecnologia_ainda_nao_usada_acelerar_justica

⁴¹ www.stf.jus.br

integrantes da Corte. Somente no ano de 2007 foram distribuídos mais de 313.000 novos processos.⁴²

Como alento registre-se que no ano de 2008 o número de processos principais julgados (274.247) foi superior aos que foram distribuídos (271.521). No entanto, ficaram pendentes 175.298 processos já distribuídos e mais 51.424 que aguardavam distribuição no último dia de dezembro.

Como dito no início deste trabalho, seu idealizador é servidor do Poder Judiciário, mais especificamente da Justiça Federal de Primeira Instância, Subseção Judiciária de São Paulo, que integra o Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Pertinente, pois, algumas informações a respeito deste ramo.

Segundo dados colhidos nas estatísticas constantes no sítio da Justiça Federal, o Tribunal acima referido contava em dezembro/2008 com 287 cargos de juízes providos e 61 vagas, totalizando 348 juízes federais de primeiro grau que podem ser designados para os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.⁴³

Quanto ao segundo grau são 43 desembargadores. Em primeiro grau, nas seções judiciárias de São Paulo e Mato Grosso do Sul, o ano de 2008 se encerrou com mais 470 mil novos processos e acervo de quase 2 milhões de processos tramitando. Já em segundo grau foram distribuídos mais de 172 mil novos processos, ao passo que o montante em tramitação se aproximava de 430 mil.

Os números acima servem para demonstrar que a quantidade de processos submetidos aos juízes e servidores lhes sobrepuja a capacidade de resposta na velocidade que se deseja. Em conseqüência, frustra-se o desejo do constituinte quanto a razoável duração do processo, tema que será tratado mais adiante.

Mas se o acesso ao Poder Judiciário é situação que deve ser vista como um fator positivo a demonstrar que a população, nas últimas duas décadas, tornou-se mais consciente e passou a buscar pronunciamento judicial para fazer valer seus direitos, o

⁴² www.stj.jus.br

⁴³ www.justicafederal.jus.br

Poder Público não se aparelhou na mesma proporção e criou um gargalo. Um dos motivos ficou acima exposto: muito processo para pouca mão de obra.

Pierpaolo Cruz Bottini e Sérgio Renault, Secretário de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça e Subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, respectivamente, em matéria denominada *Os caminhos da reforma* e publicada na Revista do Advogado nº 85, de maio/2006, abordam outras questões atinentes à morosidade e prejudiciais à efetividade e celeridade do processo, estas últimas erigidas à *status* constitucional.⁴⁴

Observam que há excessiva litigância por parte de alguns órgãos públicos e privados, que valendo-se da morosidade na solução de conflitos postergam-nos ao máximo, embora já decididos ou pacificados nos tribunais. Isto faz com que se avolume grande quantidade de processos repetitivos, tratando das mesmas questões de direito, ocupando demasiado tempo do magistrado e espaço físico nos armários e prateleiras.

Resumidamente, pois não é objetivo deste trabalho esmiuçar a reforma do Poder Judiciário, elencam aquelas autoridades situações em que a necessidade de pronunciamento judicial poderia ser excluída; denominam-nas de judicialização do cotidiano e exemplificam com a obrigatoriedade de homologação judicial para divórcios, inventários e partilhas, mesmo que consensuais e não envolvendo incapazes. Ressalte-se que posteriormente, com a lei 11.441, de 04.01.07, sob determinadas hipóteses, especialmente concordância das pessoas envolvidas e inexistência de incapazes, restou facultado a realização de inventário, partilha, separação e divórcio por meio de escritura pública, desde que haja acompanhamento de advogado.

Criticam ainda a cultura do litígio, que viria da formação acadêmica do operador do direito em levar todas as disputas ao Judiciário, desprezando-se a possibilidade de composição entre as partes, seja pela mediação ou pela conciliação.

Por fim, tratam da enorme demanda judiciária gerada pelo Estado (União, Estados, Municípios e Distrito Federal), ora autor, ora réu, sempre para a defesa do

⁴⁴ BOTTINI, Pierpaolo Cruz; RENAULT, Sérgio. **Os caminhos da reforma**. Revista do advogado. Publicação da Associação dos Advogados de São Paulo – AASP., maio/2006, p. 8/12

patrimônio público. Nesta missão deve se valer de todos os instrumentos que lhe são postos à disposição que, invariavelmente, em face da indisponibilidade do interesse, acarretam o esgotamento de todos os recursos processuais previstos.

O resultado de tudo quanto acima superficialmente mencionado foi que em dezembro/2004 os presidentes dos 3 Poderes da União firmaram um Pacto por um Judiciário mais rápido e Republicano. Por força deste Pacto foram apontados 26 projetos de leis tidos como importantes para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, os quais resultaram dos trabalhos empreendidos pelas associações de magistrados, advogados, promotores, defensores públicos e do Instituto Brasileiro de Direito Processual. Desde então, diversos projetos foram transformados em leis modificadoras dos processos civil, penal e trabalhista, enquanto outros continuam em tramitação.

2.6 – Razoável duração do processo

A inserção do direito à razoável duração do processo como de índole constitucional produzirá efeitos ao longo dos anos.

Seu *status* obriga a que o sistema legislativo, a doutrina e a jurisprudência dele se valham no momento de formular novas leis (modelo legislativo), desenvolver o conhecimento e aplicação do processo, sedimentando-o nas decisões judiciais (critério de julgamento).

Nessa linha, lei que vier a tornar o processo desnecessariamente mais burocrático, lento, estará em descompasso com a Carta Magna e, portanto, atingida pelo vício da inconstitucionalidade.

Segundo Paulo Hoffman em artigo intitulado *Princípio da razoável duração do processo*, “necessariamente as medidas a serem tomadas deixam de ter um caráter único de boa vontade e passam a ser mero cumprimento de um dever.”⁴⁵

⁴⁵ LOPES, Maria Elisabeth de Castro; OLIVEIRA NETO, Olavo de – coordenadores. **Princípios processuais civis na Constituição**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 2008, p. 325.

Mencionado autor adota entendimento sobre celeridade e efetividade na mesma linha daqueles anteriormente mencionados (item 2.4), ao defender que ambos “são conceitos complementares, mas não coincidentes. O processo precisa ser ágil (celeridade), mas precisa ser o máximo possível capaz de entregar à parte que tem direito, tudo e exatamente aquilo que teria recebido caso não tivesse se socorrido do Poder Judiciário. Contudo, se pode dizer que quanto mais demorado for o processo, maior será a chance de também não ser efetivo.”⁴⁶

Mas o que vem a ser a tal “razoável duração do processo”? O texto constitucional deixou em aberto para que a doutrina e a jurisprudência desenvolvam qual prazo possa ser considerado aceitável para o recebimento da prestação jurisdicional.

É certo que o processo não pode ser solucionado em exíguo espaço de tempo. Às partes não pode ser subtraído o exercício do direito à ampla defesa, contraditório, momentos para produção de provas e interposição de eventuais recursos. Todas estas etapas servem para que o magistrado possa absorver de forma abrangente as razões e contrariedades trazidas pelos envolvidos e, seguro, cumprir o seu *mister*.

Vladimir Passos de Freitas, em resposta sobre o que venha a ser “prazo razoável”, na entrevista publicada pelo sítio www.conjur.com.br, assim se manifesta: “A Corte Européia de Direitos Humanos define três requisitos para determinar se o processo obedeceu ao prazo razoável: natureza da ação, protelação das partes e se o poder público estava à altura de oferecer o serviço pedido em tempo razoável, por exemplo, se tinha funcionário suficiente na vara, na secretaria e no cartório. Mas o fato é que ninguém sabe o que é prazo razoável. A Constituição de 67 dizia: O processo administrativo deverá terminar em 180 dias. Não sei se esse tempo é razoável, mas já é uma dica”⁴⁷.

Por natureza da ação entenda-se o seu grau de complexidade; a necessidade de conhecimentos específicos sobre a matéria debatida ou que necessite de maior tempo

⁴⁶ LOPES, Maria Elisabeth de Castro; OLIVEIRA NETO, Olavo de – coordenadores. **Princípios processuais civis na Constituição**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 2008, p. 324.

⁴⁷ www.conjur.com.br/2007-mar-8/nao_aposentadoria_doenca_judiciario?pagina=4

para compreensão são fatores que justificam maior demora na conclusão do processo, assim como perícias, que algumas vezes dependem do concurso de empresas ou profissionais estrangeiros. Só para exemplificar, lembremos o acidente ocorrido na estação Pinheiros da obra do Metro de São Paulo, quando uma gigantesca cratera causou a perda de vidas e danos materiais de grande monta.

Também há que se analisar o comportamento das partes, se são diligentes no cumprimento de prazos, se não requerem constantes pedidos de prazos adicionais para o cumprimento de determinações judiciais, eis que tais situações causam do retardamento do feito.

Por fim o fator estrutura do Estado, tanto sob o aspecto de mão de obra, quanto material, para que a atuação de todos os envolvidos seja a mais rápida e eficiente possível.

Para Humberto Theodoro Júnior, “modernizar e aperfeiçoar a Justiça não é tarefa que os juristas possam sozinhos executar”,⁴⁸ deverá ela passar pela mesma revolução tecnológica por que estão passando as modernas administrações públicas e privadas, sob o impacto do planejamento, coordenação, controles, estatística, economia, ciência da administração, teoria das comunicações, informática, cibernética, processamento de dados etc (PACHECO, 1999 apud THEODORO JÚNIOR, 2005, p. 32/33).⁴⁹

CAPÍTULO 3

ALTERAÇÕES NO PROCESSO DE EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE

3.1 – As leis 11.232/2005 e 11.382/2006

⁴⁸ THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Celeridade e efetividade da prestação jurisdicional. Insuficiência da reforma das leis processuais.** Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil. Síntese, v. 6, nº 36, julho/agosto, 2005, p. 33.

⁴⁹ PACHECO, José da Silva. **Evolução do processo civil brasileiro.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1999, p.387.

A finalidade não é esmiuçar o processo de execução voltado à satisfação monetária do credor, mas, verificar quais atos são praticados pelo oficial de justiça e que contribuição tem este servidor a dar no campo da efetividade.

Mesmo em épocas diferentes, há tempos que doutrinadores como Francesco Carnelutti e Joao de Castro Mendes teciam críticas à falta de efetividade da execução. Nas palavras do primeiro, “dentre os vários capítulos da teoria geral do processo, a execução pouco aproveitou a expressiva renovação metodológica do início deste século. Além disto, porque desconhecida, pouco interesse desperta nos operadores (CARNELUTTI, 1956 apud ASSIS, 1999, p. 07).”⁵⁰ O segundo, referindo-se ao direito português, comenta: “o Código de Processo Civil é um diploma declarativista, no sentido de que dá particular relevo ao processo declarativo, relegando para segundo plano o processo executivo, que muitas vezes é esquecido quando o legislador traça quadros gerais (MENDES, 1980 apud ASSIS, 1999, p. 08).”⁵¹

Não só no direito brasileiro predomina ou predominou a dualidade de processos: um para declarar os direitos controvertidos e reconhecer qual dos litigantes tem razão, como fruto das intelecções do juiz, daí decorrendo a eficácia de coisa julgada; e outro para a atuação prática dos direitos já reconhecidos, em que a atividade judicial visa obter transformações materiais que satisfaçam o direito do exequente.⁵²

Juan Montero Aroca já asseverava que, “superada a demanda de conhecimento, sempre lenta, dispendiosa e incerta, o vitorioso constatará a inutilidade dos esforços e das despesas precedentes, porque outra demanda o aguarda, ainda mais demorada e complexa, postergando sua almejada satisfação (AROCA, 1982 apud ASSIS, 1999, p. 08).”⁵³

O Código de Processo Civil Brasileiro, por não dispor de uma parte geral específica ao processo de execução (Livro II), promove o seu intercâmbio com as

⁵⁰ CARNELUTTI, Francesco. **Istituzioni di diritto processuale civile**. 5ª ed., v. 1, nº 36. Roma: II foro italiano, 1956, p. 76

⁵¹ MENDES, João de Castro. **Acção executiva**. Nº 1. Lisboa: AAFLD, 1980, p. 5.

⁵² ASSIS, Araken de. **Execução forçada e efetividade do processo**. Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil. Porto Alegre: Síntese, v. 1, nº 01, set./out., 1999, p. 08/09.

⁵³ AROCA, Juan Montero. **Análisis crítica de la ley de enjuiciamiento civil**. Madri: Civitas, 1982, p. 136/137

disposições gerais contidas no livro primeiro (processo de conhecimento), através do artigo 598⁵⁴, que consagra a aplicação subsidiária dos dispositivos constantes no reduto da cognição.⁵⁵

Por se tratar de processos com fins distintos, também o serão os princípios voltados à materialização do direito do exequente. Há que se reconhecer as posições de proeminência do credor e de sujeição do devedor, situação bastante diversa daquela verificada no processo de conhecimento em que há equilíbrio entre ambos. Daí porque a atuação do executado se circunscreve “aos meios técnicos expressamente reconhecidos na lei, assegurando-se o contraditório só eventualmente e por norma expressa (FREITAS, 1993 apud ASSIS, 1999, p. 09).”⁵⁶

Em que pese a importância e necessidade dos órgãos judiciais empenharem-se na execução dos atos processuais voltados à satisfação do credor, não somente no intuito de garantir o prestígio da atividade jurisdicional mas, também, de evitar lesão ao comprometimento da ordem jurídica pela inefetividade, as medidas executivas voltadas à satisfação em pecúnia mostram-se defasadas para atingir o ideal. Além das liberdades públicas impeditivas da constrição física do devedor, a sua moradia e privacidade também são protegidas. Some-se a isso a facilidade com que os ativos financeiros são movimentados pelo mundo, muitas vezes sob a forma de depósitos anônimos em paraísos fiscais.

Na esteira de sucessivas modificações pelas quais vem passando o Código de Processo Civil, duas leis impuseram significativas mudanças no processo de execução: a lei 11.232/2005 e a lei 11.382/2006.

A primeira operou mudanças na execução de títulos judiciais. Para alguns, mudanças significativas (Nelson Nery Júnior, Rosa Maria de Andrade Ney, Cassio Scarpinella Bueno e Leonardo Greco); para outros, “apenas uma diferente “arrumação”

54 Art. 598. Aplicam-se subsidiariamente à execução as disposições que regem o processo de conhecimento.

55 ASSIS, Araken de. **Execução forçada e efetividade do processo**. Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil. Porto Alegre: Síntese, v. 1, nº 01, set./out., 1999, p. 09.

56 ASSIS, Araken de. **Execução forçada e efetividade do processo**. Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil. Porto Alegre: Síntese, v. 1, nº 01, set./out., 1999, p. 09.

entre cognição e execução (MOREIRA, 2006 apud YOSHIKAWA, 2007, p. 50).⁵⁷ Mais contundente é a crítica de Araken de Assis que chama as novidades de “sopão com ingredientes reaproveitados, ao qual se deitou um imperceptível e fraco temperinho novo, prato louvado como obra-prima de *chef* laureado (ASSIS, 2006 apud YOSHIKAWA, 2007).”⁵⁸

Passando ao largo da polêmica sobre serem as mudanças mais de cunho procedimental que voltadas à efetividade, algumas merecem lembrança.

Anteriormente, transitada em julgado a sentença condenatória de obrigação de pagar quantia iniciava-se, a requerimento do credor, novo processo, que demandava nova citação. Deixou de existir o processo de execução nos moldes anteriores. Seguir-se-á o exercício de atividades executivas destinadas a concretizar o comando emergente da sentença.

Em único processo será declarado (fase de conhecimento) e realizado (fase de execução, que a lei denominou de “cumprimento de sentença”) o direito da parte vencedora. A este “novo processo” a doutrina denominou de sincrético.

Esclarece Ernane Fidélis dos Santos que “não se trata da supressão do processo executório, mas ao fato de a lei criar nova forma executiva complementar no processo de conhecimento, de modo tal que a execução já passa a ter integração na própria pretensão de conhecimento. Tanto que toda a fase de realização executória ingressa, agora, no Livro I, Título VIII, como Capítulo X, sob a denominação “Do Cumprimento da Sentença”.⁵⁹

A transformação de sentença condenatória em executiva, por força da criação de um processo sincrético, é suficiente para torná-la efetiva mudando a realidade em prol do demandante vencedor? Mais uma vez a importância de se buscar os ensinamentos de

⁵⁷ MOREIRA, José Carlos Barbosa. “‘Cumprimento’ e ‘Execução’ de Sentença: Necessidade de esclarecimentos conceituais”. Revista Dialética de Direito Processual nº 42. São Paulo: Dialética, set. 2006, p. 68.

⁵⁸ ASSIS, Araken de. **Manual da execução**. 10ª ed. São Paulo: RT, 2006, p.07.

⁵⁹ SANTOS, Ernane Fidélis dos. **As reformas de 2005 e 2006 do Código de Processo Civil: execução dos títulos judiciais e agravo de instrumento**. 2ª ed.rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 26/27.

José Carlos Barbosa Moreira (MOREIRA, 2006 apud YOSHIKAWA, 2007, p. 51)⁶⁰, ao dizer que “só um exercício lúdico (e desvairado) de imaginação seria capaz de atribuir à sentença a virtude de, por si mesma, fazer ruir a construção irregular, deslocar o veículo da garagem do vencido para a do vencedor, ou transferir da conta bancária daquele para a deste o numerário bastante à solução da dívida. O juiz não tem poderes mágicos: nada que diga na sentença conseguirá transformar o mundo exterior. Far-se-á indispensável uma atividade subsequente, de natureza diversa da exercitada até ali”.

Na mesma linha de raciocínio se conduz Flávio Luiz Yarshell ao defender que “o fulcro da questão decididamente não está na própria sentença, mas em algo que lhe é exterior, isto é, em seu modo de execução (YARSHELL, 1995 apud YOSHIKAWA, 2007).”⁶¹

Resulta que não é a localização dos atos destinados a realizar o direito reconhecido na sentença, no mesmo ou em processo autônomo, que influenciarão diretamente sobre sua efetividade. Esta será alcançada pela qualidade, eficácia e razoável duração de tais atos.

Ainda sobre a transformação da sentença condenatória em executiva, pela adoção do processo sincrético, reafirma José Roberto dos Santos Bedaque o posicionamento dos doutrinadores acima mencionados, conforme segue (BEDAQUE, 2006 apud YOSHIKAWA, 2007)⁶²: “Seja meramente condenatória, seja executiva, haverá necessidade da prática dos mesmos atos destinados a concretizar o comando da sentença. A única diferença reside na técnica adotada para a prática desses atos: no mesmo processo ou em processo distinto”.

Sincrético ou autônomo, o processo de execução por quantia deve ter sua condução voltada à expropriação de bens do patrimônio do devedor para atender ao interesse do credor, que pode se satisfazer pelo recebimento de bem(ns) ou direito

⁶⁰ MOREIRA, José Carlos Barbosa. “‘Cumprimento’ e ‘Execução’ de Sentença: Necessidade de esclarecimentos conceituais”. Revista Dialética de Direito Processual n° 42. São Paulo: Dialética, set. 2006, p. 59.

⁶¹ YARSHELL, Flávio Luiz. “Reflexões em torno da Execução para Entrega de Coisa no Direito Brasileiro”. **Processo Civil: Estudo em Comemoração aos 20 Anos de Vigência do Código de Processo Civil**. Coordenador José Rogério Cruz e Tucci. São Paulo: Saraiva, 1995, p. 130.

⁶² BEDAQUE, José Roberto dos Santos. **Efetividade do Processo e Técnica Processual**. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 530/531.

titularizado por aquele, bem como pelo resultado obtido na alienação dos mesmos. A efetividade dependerá da correta e eficaz utilização dos meios processuais disponíveis e da criação de outros que os complementem.

Mais uma vez os ensinamentos de Araken de Assis (ASSIS, 2006 apud YOSHIKAWA, 2007)⁶³: “É bem verdade que o fim do processo de execução autônomo implica, automaticamente, uma simplificação, na medida em que dispensa nova citação do devedor, e também uma aceleração, posto que foram suprimidas a possibilidade de o devedor nomear bens à penhora e as discussões decorrentes do exercício de tal ônus processual, passando-se diretamente do requerimento executivo (artigo 475-J do CPC) à constrição de bens”.

Inovou a lei 11.232/2005 quando atribuiu ao oficial de justiça o dever de avaliar o bem penhorado (art. 475-J, § 1º). No entanto, se desincumbirá de tal ato quando a avaliação depender de conhecimentos especializados (art. 475-J, § 2º), caso em que o juiz nomeará avaliador. Parece ser o caso de pedras preciosas, obras de arte, marcas, dentre outros bens.

Destaque-se, como já mencionado, a retirada da faculdade que tinha o devedor de nomear bens à penhora. A estrutura do processo sincrético permite-lhe o pagamento voluntário, no prazo de quinze dias, sob pena de o débito sofrer acréscimo de multa no percentual de dez por cento. Vencido o prazo sem ter havido o adimplemento, requerendo o credor, são iniciados os atos de constrição patrimonial. Inclusive, facultou-lhe a lei a indicação de bens, providência que facilita e abrevia o tempo de tramitação processual.

Tais medidas vêm prestigiar a posição de proeminência do credor, ressaltada, mas não exercitada como deveria.

Resumidamente pode-se dizer, com relação à atuação do oficial de justiça após o advento da lei 11.232/2005, que deixou de realizar a citação do devedor face à

⁶³ ASSIS, Araken de. “**Visão Panorâmica da Lei nº 11.232/2005 (Cumprimento de Sentença)**”. Carta Forense nº 39, ano IV, ago. 2006, p. 30.

inexistência de novo processo, como ocorria antes; todavia, passou a ter a atribuição de avaliar bens.

Feitas as alterações legislativas na forma de se regular a execução de título judicial, posteriormente foi editada a lei nº 11.382/2006 para tratar da execução de títulos extrajudiciais, fundada nas mesmas garantias de efetividade e economia processual da lei 11.232/2005.

Esta modalidade de execução, sim, depende da existência de processo autônomo frente à atividade cognitiva da jurisdição que será demandada pelas diversas formas de participação dos litigantes em cooperação com o juiz.

Muitas as alterações trazidas, como por exemplo: a defesa do executado independe de segurança do juízo; o executado poderá requerer o parcelamento judicial da dívida em até seis parcelas, desde que reconheça a dívida e renuncie aos embargos; o próprio credor poderá adjudicar o bem, como forma expropriatória preferencial em detrimento da alienação em hasta pública; possibilidade de o credor solicitar alienação do bem penhorado por iniciativa particular ou através de agentes credenciados, supervisionados pelo juiz, caso não queira adjudicá-lo; a alienação em hasta pública poderá se valer do uso de meios eletrônicos e ocorrerá como última forma de expropriação; maior uso de meios eletrônicos na prática de atos processuais e atualização das regras de penhorabilidade e impenhorabilidade de bens.

Na mesma linha da lei 11.232/2005, na execução de títulos extrajudiciais a avaliação dos bens penhorados passou a ser atribuição do oficial de justiça (art. 143, V).

Como todo processo autônomo, imprescindível é a citação do devedor. Neste ponto duas alterações merecem destaque: a mudança no prazo para que o pagamento possa ser realizado e a supressão da alternativa outrora existente do devedor nomear bens à penhora. É o credor que passa a ter a faculdade de indicá-los dentro do acervo patrimonial do devedor, na petição inicial, para serem objeto de penhora. Em não havendo indicação e localizando bens passíveis de constrição, caberá ao oficial de

justiça lavrar o respectivo auto e laudo de avaliação, obedecendo à nova ordem preferencial de bens.⁶⁴

O prazo para o devedor pagar o débito exequendo após citado, que era de vinte e quatro horas, foi modificado para três dias. O mandado de citação, penhora, avaliação e intimação será expedido em duas vias e mais a contrafé. Realizado o ato citatório e a respectiva certidão, uma das vias do mandado será devolvida à secretaria/cartório. Decorrido o tríduo e não adimplida a dívida, o oficial de justiça prosseguirá no cumprimento do mandado fazendo uso da segunda via mantida em seu poder, realizando os demais atos (penhora, avaliação e intimações necessárias, conforme a natureza do bem penhorado).

A juntada aos autos do mandado de citação também é o marco inicial do prazo para o devedor oferecer embargos à execução. Se antes só podia ofertá-los se garantido o juízo, não mais há essa imposição. A regra vigente é da não atribuição automática de efeito suspensivo aos embargos. A garantia do juízo, ao lado da relevância dos fundamentos e da manifesta possibilidade de causar ao executado grave dano de difícil ou incerta reparação é que poderão levar o magistrado a conceder a suspensão do processo de execução enquanto realiza atividade cognitiva sobre a defesa oposta.

A liberdade concedida ao credor para indicar bens do devedor lhe é de grande utilidade; ainda que este se oculte ao ato citatório, terá o oficial de justiça condições de realizar o arresto, evitando retardar o processo pela devolução do mandado e os costumeiros despachos para o autor se manifestar sobre a certidão.

⁶⁴ Art. 655. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem:
I - dinheiro, em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira;
II - veículos de via terrestre;
III - bens móveis em geral;
IV - bens imóveis;
V - navios e aeronaves;
VI - ações e quotas de sociedades empresárias;
VII - percentual do faturamento de empresa devedora;
VIII - pedras e metais preciosos;
IX - títulos da dívida pública da União, Estados e Distrito Federal com cotação em mercado;
X - títulos e valores mobiliários com cotação em mercado;
XI - outros direitos.

A gradação legal da penhora instituída no artigo 655 do Código de Processo Civil foi atualizada por força da jurisprudência e pela necessidade da adoção de mecanismos eficazes à satisfação do credor; estabeleceu que a observância da ordem é preferencial e não absoluta, rendendo-se aos entendimentos do Superior Tribunal de Justiça que levam em conta o objetivo da satisfação do crédito, de um lado, e, de outro, a forma menos onerosa para o devedor.

A nova ordem procurou organizar os bens a serem constritos segundo sua liquidez. Por certo que o primeiro item da gradação legal da penhora só poderia ser o dinheiro, resultado final que se pretende pela expropriação de bens do devedor, quaisquer que sejam. Ainda, disciplinou a modalidade de constrição conhecida por penhora “on line” e a penhora de faturamento de empresa devedora.⁶⁵

3.1 – Penhora “on line” – Sistema BACEN – JUD

Até o ano de 2001 a realização de penhora de dinheiro em estabelecimento bancário exigia paciência e sorte. Se o credor tivesse como indicar o banco, agência e número da conta do devedor a sofrer a constrição, a possibilidade de êxito era ligeiramente maior. Porém, ter estas informações em relação à pessoa física só mesmo com muita sorte.

⁶⁵ Art. 655-A. Para possibilitar a penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira, o juiz, a requerimento do exequente, requisitará à autoridade supervisora do sistema bancário, preferencialmente por meio eletrônico, informações sobre a existência de ativos em nome do executado, podendo no mesmo ato determinar sua indisponibilidade, até o valor indicado na execução.

§ 1º As informações limitar-se-ão à existência ou não de depósito ou aplicação até o valor indicado na execução.

§ 2º Compete ao executado comprovar que as quantias depositadas em conta corrente referem-se à hipótese do inciso IV do caput do art. 649 desta Lei ou que estão revestidas de outra forma de impenhorabilidade.

§ 3º Na penhora de percentual do faturamento da empresa executada, será nomeado depositário, com a atribuição de submeter à aprovação judicial a forma de efetivação da constrição, bem como de prestar contas mensalmente, entregando ao exequente as quantias recebidas, a fim de serem imputadas no pagamento da dívida.

§ 4º Quando se tratar de execução contra partido político, o juiz, a requerimento do exequente, requisitará à autoridade supervisora do sistema bancário, nos termos do que estabelece o caput deste artigo, informações sobre a existência de ativos tão-somente em nome do órgão partidário que tenha contraído a dívida executada ou que tenha dado causa a violação de direito ou ao dano, ao qual cabe exclusivamente a responsabilidade pelos atos praticados, de acordo com o disposto no art. 15-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995.

O mais comum era o juiz expedir ofício ao Banco Central para que localizasse valores e aplicações em nome do devedor. Se a resposta fosse positiva expedia-se o mandado de penhora a ser cumprido por oficial de justiça. O procedimento completo levava meses.

Em razão das centenas de ofícios que diariamente chegavam ao Banco Central, no intuito de simplificar e acelerar a concretização das informações solicitadas e o bloqueio de valores e aplicações financeiras foi implantado o sistema BACEN-JUD, conhecido popularmente por penhora “on line”. Para fazer uso dele os Tribunais, inclusive o Conselho da Justiça Federal, passaram a fazer convênios com o Banco Central, seu mantenedor. A partir daí os juízes, por meio do *site* do Banco Central, preenchiam um cadastro, obtinham uma senha (assemelhada a uma assinatura virtual) e se tornavam aptos a requerer informações sobre eventual existência de ativos financeiros em nome das partes e respectivo bloqueio. Tudo “on line”, via internet, por meio eletrônico.⁶⁶

Os juízes do trabalho aderiram intensamente à sistemática e o êxito obtido e divulgado, mais a atuação dos advogados requerendo o emprego do mecanismo fez com que os juízes da Justiça Comum aos poucos passassem a se utilizar dele.

Como toda novidade, problemas aconteceram e aqueles que se sentiram prejudicados (os devedores) passaram a suscitar eventuais ilegalidades na aplicação do procedimento, como a inconstitucionalidade dos convênios firmados entre o Banco Central e os Tribunais, violação aos princípios do contraditório e ampla defesa e do devido processo legal, violação ao direito à intimidade e ao sigilo bancário, constituir-se forma de execução mais gravosa ao devedor.

Inclusive levou o antigo Partido da Frente Liberal – PFL, atual DEM, a propor ação direta de inconstitucionalidade (ADIn 3091-4/600-DF), pendente de julgamento.

⁶⁶ CORREIA, André de Luiz. **Em defesa da penhora *on line***. Revista de Processo nº 125. Editora Revista dos Tribunais, julho/2005, p. 92.

A primeira versão, denominada BACEN-JUD 1.0, perdeu espaço a partir de 2005 com a introdução da segunda versão (BACEN-JUD 2.0), que procurou corrigir os inconvenientes da anterior e introduziu novas funcionalidades.

Somente para se ter idéia quanto aos números, no ano de 2008, computadas as solicitações oriundas do Poder Judiciário ao Banco Central através de ofícios em papel, primeira e segunda versões do BACEN-JUD, foram 3.671.735 expedientes. Destes, 9% referem-se aos ofícios em papel, 16% à primeira versão e 75% à segunda versão.⁶⁷

Apesar das irresignações surgidas no começo, fato é que a penhora “on line” se disseminou e os juízes a têm utilizado com maior frequência. Possivelmente a edição da lei 11.382/2006, ao acrescentar o artigo 655-A ao Código de Processo Civil, dando preferência à utilização de meios eletrônicos na requisição judicial de informações sobre a existência de ativos em nome de executados ou para determinar sua indisponibilidade, tenha colaborado para vencer as resistências de muitos magistrados a fazer uso da ferramenta.

Inicialmente é incluída uma minuta no sistema, que pode ser feita por um servidor da secretaria/cartório, onde são preenchidos os campos necessários ao correto cumprimento da ordem judicial. Submetida ao magistrado, este a envia e há geração de um número de protocolo daquela ordem. A depender do horário de seu envio a resposta pode demorar menos de 48 horas. Havendo saldo disponível e submetido a bloqueio, o magistrado pode determinar a transferência total ou parcial do valor para agência do banco depositário que indicar e, tanto o agendamento da data de transferência quanto a confirmação da operação são informadas para acompanhamento.

A segurança no trânsito das informações entre o Poder Judiciário/Banco Central/instituições financeiras se dá por sofisticada tecnologia de criptografia de dados. Reduz-se custos, os recursos humanos são melhor aproveitados e deixa de haver a circulação de papéis.

⁶⁷ http://www.bcb.gov.br/fis/pedjud/ftp/estatisticas/consolidado/1998_2008_consolidado.xls

Não se trata de nova modalidade de afetação do patrimônio do devedor. É o mesmo instituto da penhora, porém, realizado pelo juiz sob forma eletrônica. Antes, com o mandado o oficial de justiça se dirigia à agência bancária e lavrava o respectivo auto; agora, diretamente, o próprio magistrado ordena a informação de saldos de valores em depósitos e aplicações financeiras, seu bloqueio até determinado montante, desbloqueio, transferência para banco e agência que vier a indicar.

Para André de Luiz Correia a “penhora *on line*” nada mais é do que penhora de dinheiro, realizada diretamente pelo Juiz, por meio eletrônico, e se aperfeiçoa mediante o simples recebimento, pelo banco, da ordem judicial veiculada pela Internet. Recebida essa ordem, considera-se apreendido o dinheiro, passando a se verificar, a partir daí, todos os efeitos da penhora.⁶⁸

Realizado o bloqueio há que se lavrar auto ou termo de penhora?

A penhora se aperfeiçoa com a apreensão do bem. No caso, ao bloquear o valor perde o devedor a sua disponibilidade, que só retornará se obtiver sucesso nos embargos. Assim, a documentação da apreensão se dará por termo nos autos, a ser elaborado por servidor de cartório/secretaria. Restará ao oficial de justiça a intimação da mencionada penhora reduzida a termo, caso o executado não disponha de procurador nos autos.

Verifica-se, assim, que a intervenção do oficial de justiça na penhora de valores efetivada por meio eletrônico (*on line*) está reduzida à intimação pessoal do executado, caso este não tenha procurador constituído.

Em razão do rápido surgimento de novidades tecnológicas na área da informação e da crescente necessidade dos atos processuais a elas se adaptarem, para fins de melhor prestação jurisdicional, penso que o oficial de justiça poderia ter papel de maior relevo na penhora de valor “*on line*”. Que diferença há na penhora realizada mediante

⁶⁸ CORREIA, André de Luiz. **Em defesa da penhora *on line***. Revista de Processo nº 125. Editora Revista dos Tribunais, julho/2005, p. 110.

mandado, pelo “longa manus” do Juízo, com aquela que seria feita eletronicamente, também por determinação do magistrado?

Antes de sugerir qualquer resposta é necessário explicar algumas soluções que as administrações dos diversos Tribunais pelo país vêm adotando nos últimos tempos para o cumprimento de mandados.

Trata-se do modelo de centralização em que o oficial de justiça deixa de ser vinculado a um Juízo específico e passa a receber expedientes judiciais de todos os Juízos que compõem um fórum ou diversos deles, conforme a organização que se queira implementar. É medida aplicável a qualquer organismo judicial em que haja pluralidade de Varas no intuito de evitar desperdício de recursos humanos, dar maior celeridade e eficiência no cumprimento de ordens judiciais, equilibrar a carga de trabalho dos oficiais de justiça.

Exemplificando: no âmbito da 1ª Subseção Judiciária da Justiça Federal de São Paulo, 1ª Instância, funciona atualmente uma Central Unificada de Mandados, composta pelos oficiais de justiça outrora lotados nas Centrais específicas dos Fóruns Cível, de Execuções Fiscais e Previdenciário.

Por este modelo todos os mandados oriundos das Varas dos mencionados fóruns são encaminhados à Central Única; servidores da área administrativa fazem uma verificação prévia quanto ao conteúdo e forma dos documentos recepcionados e, levando em conta a localização geográfica para realização da diligência faz-se a distribuição do mandado ao oficial de justiça previamente designado para o local. Caso haja necessidade de continuar as diligências em área geográfica diversa daquela em que se iniciou o cumprimento do mandado, faz-se a sua redistribuição ao respectivo oficial, conforme informação contida na certidão.

Em linhas gerais é esse o funcionamento. Mecanismos de controle são necessários para acompanhar o trânsito do mandado por entre os oficiais de justiça desde a sua chegada na Central até seu envio, devidamente cumprido, à Vara que o emitiu. Também não se pode descuidar do atendimento de medidas urgentes, que

demandam tratamento diferenciado. Para estas, há servidores diariamente e em número razoável, sob sistema de rodízio, para lhes dar cumprimento.

Desta forma, as pessoas jurídicas de direito público, partes em elevado número de processos e cuja presença de oficiais de justiça em suas procuradorias é diário, serão visitadas por um ou dois deles, que levarão todos os mandados destinados a cada uma delas. Se imaginarmos um fórum com dez Varas, em tese, igual número de oficiais de justiça poderia ter que ali diligenciar; todos fazendo a mesma coisa no mesmo lugar. Verdadeiro desperdício.

Outra vantagem é que a área geográfica em que cada servidor atua é pequena se comparada a todo o território sob jurisdição. No modelo da Justiça Federal da cidade de São Paulo os oficiais são designados para trabalhar num bairro ou parte dele, variando a quantidade deles conforme seja a incidência de mandados. E, ainda, sempre procurando conjugar o local de moradia do servidor com o de trabalho. Economiza-se com locomoção, há possibilidade de realizar mais diligências, gera maior produtividade, celeridade e efetividade processual.

Penso que é possível compatibilizar a atividade desenvolvida numa Central de Mandados com a participação mais efetiva do oficial de justiça na penhora “on line”.

Caberia a ele, com senha própria e mediante prévia determinação do magistrado, inserir a minuta no sistema BACEN-JUD. e enviá-la. Como a resposta é tão somente quanto ao valor bloqueado ou inexistência de valor, não haveria usurpação de atividade jurisdicional, pois o servidor agiu no estrito cumprimento do quanto lhe fora ordenado. Na hipótese de bloqueio o próprio oficial lavraria o termo de penhora e o remeteria à secretaria/cartório em que se processa o feito, para fins de intimação. Em razão das consequências do ato há que se dar prioridade à intimação, que deverá ser cumprida em caráter de urgência.

Nos termos do sugerido acima, para que as determinações do magistrado cheguem à Central de Mandados e possam ser postas em prática pelos oficiais, sem embargo de questionamento quanto à legalidade, melhor seria que se revisse a dicção do artigo 655-A, alterando-o para permitir que pessoa que não a do juiz possa elaborar a

minuta, enviá-la e acessar a resposta, mediante prévia ordem. Assim como por meio de mandado em papel o oficial de justiça penhora valores em estabelecimento bancário, faria o mesmo procedimento sob forma eletrônica. Em ambos os casos estaria se cumprindo a ordem de constrição emanada da autoridade competente; apenas variou o meio de se realizá-la.

A administração criaria rotina própria no seu sistema de informática para operacionalizar com segurança o procedimento.

Quanto à maneira de se obter as informações constantes nos autos e necessárias ao preenchimento da minuta, poderia ser diretamente, compulsando-os. Caso haja problemas de distância entre a Central e o(s) fóruns, a criação de caixas de e-mails específicos para o tráfego do procedimento é uma alternativa para a transmissão dos dados, caso não seja possível extraí-los diretamente do sistema processual utilizado.

Como todos os dias há diversos oficiais de justiça escalados para o atendimento de mandados com ordens de natureza urgente, na Central de Mandados, um ou alguns poderiam se dedicar à realização de penhoras “on line”, inclusive a lavratura do termo, no caso de bloqueio.

Como o procedimento só atinge o valor depositado no momento em que a ordem chega ao estabelecimento bancário, não se prestando às movimentações futuras, a tentativa de bloqueio pode se dar várias vezes, em diferentes dias.

Afinal, os oficiais de justiça são servidores de confiança do Juízo, representam externamente a autoridade prolatora da ordem quando de seu cumprimento, e, no âmbito da Justiça Federal são todos bacharéis em Direito e têm discernimento suficiente para realizar por meio eletrônico o mesmo ato que manuscrevem. A diferença está na eficiência, rapidez e ganho de tempo para dar vazão aos demais mandados que não são poucos.

CAPÍTULO 4

OUTRAS MEDIDAS VOLTADAS À EFETIVIDADE

4.1 – Acesso ao INFOJUD – Sistema de Informações ao Judiciário

Trata-se de ferramenta semelhante ao BACEN-JUD. Enquanto este se presta ao atendimento de ordens judiciais destinadas ao sistema bancário, o INFOJUD se volta à obtenção de informações sob a guarda da Receita Federal do Brasil.

É muito comum os juízes requererem, através de ofícios à Receita Federal, informações quanto ao endereço de partes processuais ou testemunhas que não são encontradas, bem como sobre a existência de bens titularizados pelos devedores.

Este serviço permite aos magistrados e servidores por eles autorizados, somente mediante uso de certificação digital, no sítio da Receita Federal, opção e-CAC - Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte, obter informações cadastrais e cópias de declarações.

Semelhantemente ao BACEN-JUD deve existir convênio entre os Tribunais e a Receita para que os juízes possam se habilitar ao sistema. O acesso somente ocorre com autenticação por certificação digital. O certificado digital é um arquivo inserido em um *smartcard*, que serve para identificar digitalmente o usuário. A grosso modo é a cédula (cartão) de identidade de uma pessoa, sob o formato digital.

De posse do *smartcard* o juiz ou servidor autorizado acessa o *site* da Receita, realiza o procedimento necessário à informação requerida (dados cadastrais ou cópia de declaração) e a resposta virá sempre na caixa postal do magistrado.

A partir daí, se a informação fornecida estiver acobertada pelo sigilo fiscal o documento impresso que a contém somente será manipulado pelos servidores da justiça e partes.

No tocante ao INFOJUD também há possibilidade de maior participação do oficial de justiça com vistas à celeridade do processo.

Muitas vezes o trâmite processual fica emperrado pela não localização da pessoa. É comum, no caso de não se encontrar a pessoa no endereço declinado, procurá-la pelos *sites* de companhias telefônicas, caso seja assinante. Todavia, em razão de homonímia ou de assinante que não permite a divulgação de seu nome, é uma busca que não garante certeza de se tratar da pessoa que se deseja encontrar.

Especificamente para os casos em que a pessoa não é encontrada seria de boa medida que o oficial de justiça tivesse acesso aos dados cadastrais, tão somente, para verificar hipótese de outro endereço. Em caso de confirmação e mediante certidão circunstanciada o mandado continuaria sendo diligenciado, evitando sua devolução, juntada, despacho, manifestação da parte e todas as vicissitudes que são conhecidas.

4.2 – Acesso à rede INFOSEG

Trata-se de rede que tem por objetivo integrar informações relacionadas à Segurança Pública, Justiça e Fiscalização de todas as unidades da federação e órgãos federais.

Dados referentes à inquéritos, processos, armas de fogo, veículos, condutores, mandados de prisão, dentre outros, fazem parte da rede. Também é possível acessar somente as informações básicas de indivíduos (processos, inquéritos e mandados de prisão).

O acesso às bases do SINARM, RENACH e RENAVALAM dependem do perfil de acesso do usuário à rede.

Para os oficiais de justiça o acesso às informações da rede INFOSEG tem dupla finalidade: segurança pessoal e eficiência.

Nos últimos tempos a violência tem permeado a atividade dos mencionados servidores, que trabalham de modo solitário nos mais diversos pontos do país como: áreas rurais sob conflito, favelas, bairros afastados nas periferias das cidades, regiões eminentemente industriais etc.

Recebe ele uma ordem a ser cumprida em face de alguém num dado endereço. Não tem a menor idéia da situação que vai encontrar. Por isso, se pudesse antes ter maiores informações a respeito da pessoa que vai procurar, como histórico policial e judicial, se tem armas, veículos (para o caso de constrição), alguns problemas poderiam ser evitados. Haveria possibilidade de se precaver, seja se fazendo acompanhar pela polícia ou mesmo por outro oficial.

Sob o aspecto da eficiência, quanto mais informações souber o oficial sobre a localização e patrimônio da pessoa, maior êxito terá no cumprimento do mandado.

4.3 – Acesso ao sistema RENAJUD

O sistema RENAJUD é uma ferramenta eletrônica que interliga o Judiciário e o Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN, possibilitando a efetivação de ordens judiciais de restrição de veículos cadastrados no Registro Nacional de Veículos Automotores – RENAVAM, em tempo real.⁶⁹

Por meio deste sistema, os magistrados e servidores do Judiciário procedem à inserção e à retirada de restrições judiciais de veículos na Base Índice Nacional (BIN) do Sistema RENAVAM, e estas informações são repassadas aos DETRANs onde estão registrados os veículos, para registro em suas bases de dados.⁷⁰

Para utilização do sistema RENAJUD, os Tribunais devem aderir ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça e os Ministérios das Cidades e da Justiça.⁷¹

Além de inserir ou retirar restrições judiciais incidentes em veículos, também é possível pesquisar pelo número do CPF/CNPJ da parte, pelos números do chassi ou da placa.

⁶⁹ http://www.cnj.jus.br/images/renajud/manual_renajud.pdf

⁷⁰ http://www.cnj.jus.br/images/renajud/manual_renajud.pdf

⁷¹ http://www.cnj.jus.br/images/renajud/manual_renajud.pdf

Vale dizer, se o oficial de justiça que tem em mãos um mandado de penhora sobre quaisquer bens do devedor tiver prévio acesso a esses dados, a chance de ser ludibriado por quem alega não possuir veículos é muito menor. Se a parte ao ser indagada responde que não possui tal tipo de bem, não há como duvidar; mas, se pesquisara antes, o devedor terá que buscar outra justificativa e as inverdades dificilmente subsistirão perante o oficial de justiça durante o cumprimento do mandado.

Também não se pode afastar a hipótese de convênios locais, entre Tribunais e DETRANs visando o mesmo fim.

4.4 – Acesso à ARISP – Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo

A entidade congrega os dezoito Cartórios de Registro de Imóveis da cidade de São Paulo e procura, também, integrá-los com os órgãos do Poder Judiciário possibilitando o acesso à infra-estrutura tecnológica desenvolvida, bem como às informações registrais, por meio de pesquisas “on line” e certidões.

A exemplo dos sistemas anteriormente mencionados (BACEN-JUD, INFOJUD, INFOSEG, RENAJUD), cada qual voltado para um ramo ou órgão (instituições financeiras, Receita Federal, segurança pública, veículos), a ARISP se ocupa de reunir e organizar informações sobre o registro de bens imóveis na cidade de São Paulo.

Sem dúvida que a realização de intercâmbio ou convênio de cooperação técnica e científica com a Justiça Federal muito auxiliaria na busca de efetividade ao processo de execução.

É comum o devedor negar ser titular de imóvel, além daquele em que reside, na intenção de furta-se à penhora.

Assim como demonstrado anteriormente, no caso de veículos, sabendo previamente que o devedor é proprietário de imóveis o oficial de justiça tem seu trabalho facilitado e trará resultados positivos ao processo.

Portanto, permitir-se a pesquisa sobre eventuais imóveis de propriedade do executado na cidade de São Paulo é ferramenta que não pode ser desprezada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constante evolução tecnológica provoca descompasso entre o que se pretende e os meios para se atingir a pretensão no campo processual.

A mudança desse panorama passa por transformações no campo legislativo mas, principalmente, daqueles que manejam os instrumentos jurídicos.

De nada adiantará dotar o sistema processual de mecanismos modernos se os operadores não estiverem dispostos a tornar a Justiça mais eficaz, efetiva e célere, realizando os preceitos contidos na Constituição Federal em termos de garantias fundamentais e da respectiva tutela jurisdicional.

Impõe-se uma mudança de mentalidade, pois nenhum Código funcionará bem se não houver colaboração dos atores do processo. Não pode o aplicador das regras processuais se manter apegado ao formalismo exacerbado e esquecer que o processo existe como forma de pacificação social, para repercutir na vida da comunidade.

No que se refere ao processo de execução por quantia certa é preciso priorizar as suas finalidades, afastar condutas arraigadas que não mais condizem com o sentimento médio das pessoas e que estão em desacordo até mesmo com os princípios informados na Magna Carta.

O cidadão não quer uma Justiça burocrata, mas sim que decida em prazo razoável, respeitando o regramento processual e dispositivos da Lei Maior.

Quanto à atuação do oficial de justiça no momento de auxiliar na concretização o direito do credor, maiores atribuições poderiam lhe ser imputadas.

Conforme mencionado acima, também este servidor precisa repensar sua importância no contexto. Não pode se contentar em cumprir mandados como faz há dezenas de anos, talvez séculos.

Quando o processo eletrônico começa a se tornar realidade, não pode o oficial de justiça ser exclusivamente o servidor do Poder Judiciário que se desloca pelos diversos cantos deste país carregando uma pasta repleta de mandados.

É preciso conquistar espaço neste momento de transformação sob pena de perder importância. O momento é de reduzir a atividade de natureza física substituindo-a pela intelectual.

Daí a importância do acesso às informações contidas nos sistemas e órgãos mencionados no item 4. O sucesso do trabalho do oficial de justiça na execução do devedor de quantia é atingido pela penhora de bens de fácil liquidez.

Se ao sair para o cumprimento dos mandados estiver abastecido com informações úteis, que possam facilmente lhe ser disponibilizadas, a efetividade tão almejada se torna mais próxima da realidade.

Encerro, pois, as minhas considerações sobre o tema que me propus analisar, sendo certo que em muitas passagens a superficialidade preponderou para não fugir ao propósito de não ser um trabalho extenso.

BIBLIOGRAFIA

ASSIS, Araken de. **Execução forçada e Efetividade do Processo**. Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil. Porto Alegre: Síntese, v. 1, nº. 1, set./out., 1999.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. **Efetividade do Processo e Técnica Processual**. 1ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2007.

BOTTINI, Pierpaolo Cruz; RENAULT, Sérgio. **Os caminhos da reforma**. *Novas reformas do Código de Processo Civil*. São Paulo: AASP, Revista do Advogado, nº 85, maio/2006.

CEDRO, Marcelo. **Oficial de Justiça: mais do que um meirinho**. Disponível na internet: <http://www.amojus.com.br/old/jornais/200511/am-023.htm>. Acesso em 24 de junho de 2009.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pelegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria Geral do Processo**. 7ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

CORREIA, André de Luizi. **Em defesa da Penhora On Line**. Revista de Processo, ed. nº 125, Editora Revista dos Tribunais, julho/2005.

DINAMARCO, Cândido R. **A instrumentalidade do processo**. 2ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

LOPES, João Batista; LOPES, Maria Elizabeth de Castro. **Sistema processual e efetividade da execução**. Revista de Processo, ed. nº 156, Editora Revista dos Tribunais, fevereiro/2008.

LOPES, Maria Elisabeth de Castro; OLIVEIRA NETO, Olavo de. **Princípios processuais civis na Constituição**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

MARKY, Thomas. **Curso Elementar de Direito Romano**. 3ª ed. São Paulo: Irmão Milesi, 1981.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Por um processo socialmente efetivo**. Revista de Processo, ed. nº 105, Editora Revista dos Tribunais, março/2002.

NARY, Gerges. **Oficial de Justiça. Teoria e prática** 6ª ed. São Paulo: Leud, 1990.

PASSOS, J. J. Calmon de. **Cidadania e Efetividade do Processo**. Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil. Porto Alegre: Síntese, v. 1, nº. 1, set./out., 1999.

PONCIANO, Vera Lúcia Feil; BARBOSA, Claudia Maria; FREITAS, Cíntia O. de A..**Mecanismos voltados à efetividade da execução de sentenças no processo civil brasileiro**. Disponível na internet: <http://portal.cjf.jus.br/cjf/banco-de-conteudos-1/mecanismos-voltados-a-efetividade-da-execucao-de>. Acesso em 28 de junho de 2009.

ROSAS, Roberto. **Processo Civil de Resultados**. Revista Dialética de Direito Processual (RDDP), ed. nº 02, Editora Dialética, maio/2003.

SALGADO, Graça. **Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SANTOS, Ernani Fidélis dos. **As reformas de 2005 e 2006 do Código de Processo Civil: execução dos títulos judiciais e agravo de instrumento**. 2ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2006.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **A reforma da execução do título extrajudicial**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

Celeridade e Efetividade da Prestação Jurisdicional. Insuficiência da Reforma das Leis Processuais. Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil, v. 6, nº. 36, jul/ago, 2005.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. **Anotações sobre a efetividade do processo.** Disponível na internet: http://www.almeidafilho.adv.br/academica/index_arquivos/efetividade.pdf. Acesso em 25 de junho de 2009.

YOSHIKAWA, Eduardo Henrique de Oliveira. **O Novo “Cumprimento de Sentença” e a Busca da Efetividade do Processo – Considerações a Propósito da Lei nº 11.232/2005.** Revista Dialética de Direito Processual (RDDP), nº 47, Editora Dialética, fevereiro/2007.

Websites consultados:

Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo - ARISP

<https://www.arisp.org.br/>. Acesso em 28 de julho de 2009.

Associação Mineira dos Oficiais de Justiça Avaliadores – AMOJUS

<http://www.amojus.com.br/old/jornais/200511/am-023.htm>. Acesso em 24 de junho de 2009.

Associação Nacional dos Defensores Públicos – ANADEP

http://www.anadep.org.br/wtk/pagina/defensorias_nacionais. Acesso em 16 de julho de 2009.

Banco Central do Brasil

http://www.bcb.gov.br/fis/pedjud/ftp/estatisticas/consolidado/1998_2008_consolidado.xls. Acesso em 27 de julho de 2009.

Conselho Nacional de Justiça - CNJ

http://www.cnj.jus.br/images/renajud/manual_renajud.pdf. Acesso em 29 de julho de 2009.

http://www.cnj.jus.br/images/infojud/infojud_manual.pdf. Acesso em 29 de julho de 2009.

Consultor Jurídico – CONJUR

http://www.conjur.com.br/2007-mar-25/tecnologia_ainda_nao_usada_acelerar_justica.

Acesso em 07 de julho de 2009.

http://www.conjur.com.br/2007-mar-8/nao_aposentadoria_doenca_judiciario?pagina=4.

Acesso em 10 de julho de 2009.

Defensoria Pública da União – DPU

http://www.dpu.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&id=67&Itemid=54. Acesso em 16 de julho de 2009.

Justiça Federal

<http://www.justicafederal.jus.br>. Acesso em 03 de julho de 2009.

Presidência da República

<http://www.presidencia.gov.br/>. Acessos nos dias 24 de junho, 03, 07, 10, 16, 27, 28 e 30 de julho de 2009.

Senado Federal

http://www.senado.gov.br/sf/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=83308.

Acessos nos dias 10 e 28 de julho de 2009.

Superior Tribunal de Justiça - STJ

http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp. Acessos nos dias 14 e 20 de julho de 2009.

Supremo Tribunal Federal – STF

<http://www.stf.jus.br/portal/principal/principal.asp>. Acessos nos dias 14 e 20 de julho de 2009.

Universidade de Coimbra

<http://www1.ci.uc.pt/>. Acesso em 27 de junho de 2009.